



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 002/2026

A PRESENTE LICITAÇÃO POSSUI:
ITENS DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS
ITENS DESTINADOS À AMPLA PARTICIPAÇÃO
COTA DE 25% DESTINADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

PROCESSO LICITATÓRIO	004/2026
MODALIDADE/FORMA/TIPO	Pregão/Eletrônico/Menor Preço por Item
NÚMERO DA LICITAÇÃO	002/2026

1 - PREÂMBULO

1.1 - O MUNICÍPIO DE POTÉ, por intermédio do Agente de Contratação realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações Licitar Digital** (www.licitardigital.com.br), conforme especificado no ANEXO I deste edital.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) oficial e pela Equipe de Apoio e será regido pelas **Leis nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06** e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Poté, através do endereço eletrônico www.pote.mg.gov.br, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, poderá, ainda, ser solicitada através do e-mail: licitacao@pote.mg.gov.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Poté, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como retificação, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Poté, a saber: www.pote.mg.gov.br.

1.5 - A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração nos Sites supracitados, conseqüentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 002/2026

LOCAL:	O Pregão (Eletrônico) será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, no endereço www.licitardigital.com.br
DATA:	20 de fevereiro de 2026
HORÁRIO:	13:00 horas
REFERÊNCIA DE HORÁRIO:	Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

2 - OBJETO



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



2.1 - A presente licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL ODONTOLÓGICO**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I.

2.2 - A licitação **será dividida em itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3 - Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Estudo Técnico Preliminar
ANEXO III	Minuta da Ata de Registro de Preços
ANEXO IV	Minuta do Contrato

3 - CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

3.2 - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento na plataforma www.licitardigital.com.br.

3.3 - O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6 - Conforme os termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, os itens **01 ao 39, 41 ao 50, 52 ao 56, 58, 60 ao 123, 125 ao 169, 171 ao 198, 200, 201, 203 ao 576, 578 ao 603** são destinados à ampla concorrência. Todos os demais itens deste certame são de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

3.6.1 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6.2 - Os itens **40, 51, 57, 59, 124, 170, 199, 202 e 577** são para **AMPLA PARTICIPAÇÃO** (Empresa de qualquer porte).

3.7 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8 - Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



3.8.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 - O impedimento de que trata o item **3.8.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.8.1 e 3.8.2** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12 - O disposto nos itens **3.8.1 e 3.8.2** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14 - A vedação de que trata o item **3.8.7** estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



4.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de **02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

4.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Poté, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

- Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



- Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

- Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

- Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

- Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

Sim, ME Sim, EPP Não, outros enquadramentos

5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.4 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.5 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.6 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.6.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.6.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



6.7 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.7.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.7.2 - Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.8 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.9 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.10 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 - Valor unitário e total do lote e seus itens;

7.1.2 - Marca e Fabricante dos produtos ofertados.

7.1.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

7.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam ao Fornecedor/Contratada.

7.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

8 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.2 - Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2012, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempendedor.gov.br;

8.1.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



8.1.4 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.1.5 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.1.6 - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.1.7 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:

8.1.7.1 - Decreto de autorização;

8.1.7.2 - Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

8.1.8 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.2.1 - As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva com efeito de negativa quanto aos Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

8.3 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias do certame, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões);

8.4 - HABILITAÇÃO TÉCNICA:

a) Alvará Sanitário expedido pelo Órgão da Vigilância Sanitária competente da Secretaria de Saúde do Estado ou do Município de origem da empresa, quando houver delegação de competência para emissão do alvará pelo município.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



b) AFE (Autorização de Funcionamento de Empresa) emitido pela ANVISA para as empresas que ofertarem os itens 1, 15, 16, 18 a 203; produtos saneantes domissanitários, nos termos da RDC nº 16 de 01 de abril de 2014, do Artigo 2º, do Decreto 8.077 de 14 de agosto de 2013 e ainda, com base na Lei Federal 6.360/76.

b.1) Excluem-se da apresentação do documento AFE (Autorização de Funcionamento de Empresa), os licitantes que realizam o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, conforme artigo 5º da RDC nº 16 de 01 de abril de 2014.

8.4.1- Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.5 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.1- Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6 - A verificação e a exigência dos documentos somente serão feitas em relação ao licitante vencedor.

8.6.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.6.2 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.7 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.7.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.7.2- Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.8- Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.8.1.

8.10 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.11- A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.12- Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



9.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.11 - Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.12 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.14 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.15 - Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor.

9.16 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.17 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

9.18 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.19 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.20 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.21 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.22 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



9.23 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

9.24 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.25 - A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.26 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.27 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.28 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.29 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

9.29.1 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.29.2 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.29.3 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.29.4 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.29.5 - Empresas brasileiras;

9.29.6 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.29.7 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.30 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.32 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33 - Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.34 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.2 - O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

10.3 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.8 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9.1 - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

10.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.11 - O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.12 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “*chat*”.

11 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **3.8** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



11.1.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

11.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

11.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

11.4 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

11.4.1 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

11.4.2 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.5 - Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.6 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

11.7 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.8 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.8.1- Contiver vícios insanáveis;

11.8.2- Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.8.3- Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.8.4- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.8.5- Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.9 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.9.1- A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

11.9.1.1 - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.9.1.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.10 - Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

11.10.1 - Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



11.10.2 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

11.10.3 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

11.10.4 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

11.11 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.12 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.12.1 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11.12.2 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

11.12.3 - Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

11.12.4 - Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

11.12.5 - Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

11.13 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

11.13.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.13.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.14 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



11.15 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.16 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.17 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.18 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

11.19 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1 - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de Pregão Eletrônico.

12.1.1 - Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro.

12.1.2 - O Pregoeiro poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.

12.2 - Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por e-mail: licitacaoPoté@gmail.com a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24 (vinte e quatro horas);

13 - DO RECURSO

13.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 - O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

13.3.3 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 - Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



13.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br e www.pote.mg.gov.br.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Superior competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) - A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) - A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

15.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.5 - O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.7 - Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16 - PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - Em conformidade com o artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, admitindo-se a sua prorrogação por igual período, desde que reste demonstrada, de forma objetiva, a manutenção da vantajosidade econômica do ajuste.

16.2 - A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços autoriza, igualmente, a renovação do quantitativo originalmente registrado, desde que atendidos os requisitos fixados pelo ordenamento jurídico e pela jurisprudência administrativa consolidada. Nesse sentido, conforme o Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, bem como manifestações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria-Geral Federal, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



Serviços Públicos e da Câmara Nacional de Licitações e Contratos Administrativos, a renovação do quantitativo é juridicamente admissível, desde que observadas as seguintes condições:

- a. Comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, em respeito aos princípios da economicidade e da eficiência
- b. Previsão expressa da possibilidade de renovação tanto no instrumento convocatório quanto na própria Ata de Registro de Preços, garantindo transparência e previsibilidade aos licitantes;
- c. Tratamento prévio do tema na fase de planejamento da contratação, em consonância com os princípios do planejamento e da anualidade orçamentária (arts. 5º e 40 da Lei nº 14.133/2021), de modo a assegurar a adequada estimativa da demanda e a evitar quantificações artificiais;
- d. Formalização da prorrogação e da correspondente renovação do quantitativo por meio de termo aditivo celebrado dentro do prazo de vigência da Ata, vedada qualquer alteração extemporânea.

16.3 - Ressalte-se que tal possibilidade encontra respaldo não apenas na interpretação sistemática da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, mas também em enunciados doutrinários e na jurisprudência administrativa recente, como o Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal, que expressamente admite a renovação dos quantitativos registrados quando da prorrogação da vigência da Ata, desde que haja previsão é adequado planejamento.

16.4 - Ademais, a solução interpretativa perfilhada privilegia, caso demonstrada a vantajosidade, os princípios da eficiência, da economicidade e da competitividade, na medida em que evita a realização de certames desnecessários, reduz custos operacionais e possibilita ganhos de escala, ampliando a atratividade do procedimento para fornecedores e assegurando maior racionalidade ao processo de compras pública.

17 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

17.1.1 - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

17.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

17.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

17.1.3.1 - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

17.1.3.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

18 - DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio do Servidor indicado pela **Secretaria Municipal de Saúde**, que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

18.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o **CONTRATANTE** e terá as seguintes atribuições:

a) - Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;

b) - Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



- c) - Assegurar à empresa vencedora acesso às suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
- d) - Agir e decidir em nome do **CONTRATANTE**, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- e) - Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- f) - Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);
- g) - Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- h) - Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- i) - Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- j) - Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- k) - Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- l) - Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
- m) - No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

19 - DO PAGAMENTO

19.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado no 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

19.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestar a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

19.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos produtos entregues e/ou serviços prestados pela fiscalização do Município de **Poté** e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

19.1.3 - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de **Poté**, informando o **número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra**.

19.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de **Poté**.

19.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

19.3 - O Município de **Poté** poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) - A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de **Poté**.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



b) - Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.

c) - A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do fornecimento e/ou serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de **Poté**.

d) - Débito da **CONTRATADA** para com o Município de **Poté** quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

e) - Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

19.4 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de **Poté**, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do IGP-M do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

NOTA 1: O encaminhamento da nota fiscal para pagamento poderá ser feito através do envio dos documentos para o e-mail: compras@pote.mg.gov.br.

20 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

20.1.2- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) - Deixar de apresentar amostra;

e) - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

f) - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.3 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.5 - Fraudar a licitação;

20.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

d) - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1- Advertência;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



20.2.2- Multa;

20.2.3- Impedimento de licitar e contratar e

20.2.4- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1- A natureza e a gravidade da infração cometida.

20.3.2- As peculiaridades do caso concreto

20.3.3- As circunstâncias agravantes ou atenuantes

20.3.4- Os danos que dela provierem para a Administração Pública

20.3.5- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

20.4.1- Para as infrações previstas nos itens **20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

20.4.2- Para as infrações previstas nos itens **20.1.4, 20.1.5 e 20.1.6**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

20.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **20.1.1, 20.1.1 e 20.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **20.1.4, 20.1.5 e 20.1.6**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **20.1.1, 20.1.1 e 20.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **20.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

20.10 - A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21 – DA OCORRÊNCIA DE EMPATE

21.1 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

21.1.1 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

2.1.2 - As regras previstas neste capítulo não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

22 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

22.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE** poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

22.1.1 - Retardarem a execução do Pregão;

22.1.2 - Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

22.1.3 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

23.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos: www.pote.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br.

Poté, 04 de fevereiro de 2026.

LUCIANO GOUVEIA COSTA
Agente de Contratação



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO I PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL ODONTOLÓGICO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto deste Termo de Referência é comum, nos termos do Artigo 28º, inciso I da lei 14.133 de 2021, devendo assim ser processado na modalidade de licitação Pregão, na forma Eletrônica e através do Sistema de Registro de Preços. Os bens objeto desta licitação são caracterizados como comuns.

1.3. O objeto desta licitação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os insumos de que tratam a presente aquisição são necessários para garantir a operacionalização do atendimento odontológico à população, garantindo o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Poté, reduzindo os danos instalados e promovendo a saúde, visando à integralidade da assistência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VR UNIT	VR TOTAL
1.	ABAFADOR MONTADO CAIXA DE ESGOTO MODELO GNATUS	UN	20	R\$ 148,50	R\$ 2.970,00
2.	ABRIDOR DE BOCA MOLT INFANTIL (AÇO INOX)	UN	6	R\$ 88,55	R\$ 531,30
3.	ABRIDOR GRANDE DE BOCA EMBORRACHADO	UN	15	R\$ 39,80	R\$ 597,00
4.	ABRIDOR PEQUENO DE BOCA EMBORRACHADO	UN	20	R\$ 39,80	R\$ 796,00
5.	ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% GEL (SERINGA 2,5 ML)	UN	300	R\$ 17,90	R\$ 5.370,00
6.	ÁCIDO POLIACRÍLICO 11,5% (FRASCO 10ML)	FR	100	R\$ 112,80	R\$ 11.280,00
7.	ACIONADOR ELÉTRICO PARA TORNEIRA BIOTRON (127V)	UN	20	R\$ 277,00	R\$ 5.540,00
8.	ACIONADOR ELÉTRICO PARA TORNEIRAS (127V, PEDAL)	UN	20	R\$ 295,00	R\$ 5.900,00
9.	ADESIVO AUTOCONDICIONANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL (5ML)	FR	100	R\$ 255,00	R\$ 25.500,00
10.	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL COM MDP (6ML)	FR	200	R\$ 134,80	R\$ 26.960,00
11.	ADESIVO MONOCOMPONENTE PARA ESMALTE E DENTINA (4ML)	FR	200	R\$ 48,90	R\$ 9.780,00
12.	ADESIVO SINGLE BOND UNIVERSAL (3M, 3ML)	FR	200	R\$ 295,00	R\$ 59.000,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



13.	ADESIVO TIPO AMBAR FGM (4ML)	FR	200	R\$ 158,50	R\$ 31.700,00
14.	ADESIVO TIPO SCOTCHBOND 3M (8ML)	FR	100	R\$ 198,60	R\$ 19.860,00
15.	AFASTADOR LABIAL (TAMANHO G)	UN	20	R\$ 55,10	R\$ 1.102,00
16.	AFASTADOR LABIAL FLEX (TAMANHO M)	UN	20	R\$ 49,95	R\$ 999,00
17.	AFASTADOR TIPO MINNESOTA (GOLGRAN OU FAVA)	UN	12	R\$ 59,90	R\$ 718,80
18.	AGENTE DE UNIÃO (SILANO) (4G)	FR	250	R\$ 47,50	R\$ 11.875,00
19.	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA (CX C/ 100)	CX	300	R\$ 85,90	R\$ 25.770,00
20.	AGULHA GENGIVAL 30G EXTRA CURTA (CX C/ 100)	CX	50	R\$ 85,90	R\$ 4.295,00
21.	AGULHA GENGIVAL 30G LONGA (CX C/ 100)	CX	50	R\$ 85,90	R\$ 4.295,00
22.	ALAVANCA APEXO 303	UN	20	R\$ 199,90	R\$ 3.998,00
23.	ALAVANCA APICAL ADULTO RETA	UN	12	R\$ 199,90	R\$ 2.398,80
24.	ALAVANCA APICAL INFANTIL RETA	UN	20	R\$ 199,90	R\$ 3.998,00
25.	ALAVANCA SELDIN ADULTO CURVA DIREITA Nº 1R	UN	20	R\$ 199,90	R\$ 3.998,00
26.	ALAVANCA SELDIN ADULTO CURVA ESQUERDA Nº 1L	UN	20	R\$ 199,90	R\$ 3.998,00
27.	ALAVANCA SELDIN INFANTIL CURVA DIREITA Nº 1R	UN	20	R\$ 199,90	R\$ 3.998,00
28.	ALAVANCA SELDIN INFANTIL CURVA ESQUERDA Nº 1R	UN	20	R\$ 199,90	R\$ 3.998,00
29.	ALGINATO PARA IMPRESSÕES COM CLOREXIDINA (410G)	PCT	400	R\$ 48,60	R\$ 19.440,00
30.	ALGINATO PARA IMPRESSÕES SEM CLOREXIDINA (410G)	PCT	400	R\$ 48,60	R\$ 19.440,00
31.	ALGODÃO EM ROLETES (PCT C/ 100)	PCT	1.500	R\$ 6,50	R\$ 9.750,00
32.	AMÁLGAMA EM CÁPSULA 1 PORÇÃO (PT C/ 50)	PT	80	R\$ 265,00	R\$ 21.200,00
33.	AMÁLGAMA EM CÁPSULA 2 PORÇÕES (PT C/ 50)	PT	80	R\$ 268,00	R\$ 21.440,00
34.	ANÉIS DA VÁLVULA DO SUPORTE DE PONTAS DE EQUIPO ODONTOLÓGICO	UN	100	R\$ 25,30	R\$ 2.530,00
35.	ANÉIS ORINGS CANETA GNATUS SL30 (KIT)	KIT	100	R\$ 27,80	R\$ 2.780,00
36.	ANÉIS ORINGS CANETA KAVO 505C (KIT)	KIT	100	R\$ 29,00	R\$ 2.900,00
37.	ANÉIS ORINGS PARA TERMINAL BORDEN GNATUS SYCROS (KIT COM TRÊS ANÉIS)	KIT	100	R\$ 26,00	R\$ 2.600,00
38.	ANÉIS ORINGS PARA TERMINAL BORDEN UNIVERSAL (KIT COM TRÊS ANÉIS)	KIT	100	R\$ 29,40	R\$ 2.940,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



39.	ANESTÉSICO ARTICAÍNA 4% COM EPINEFRINA (CX C/ 50)	CX	100	R\$ 325,00	R\$ 32.500,00
40.	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA 2% COM ADRENALINA (CX C/ 50)	CX	375	R\$ 298,00	111.750,00
41.	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA 2% COM ADRENALINA (CX C/ 50) - COTA DE 25%	CX	125	R\$ 298,00	37.250,00
42.	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA COM FENILEFRINA (CX C/ 50)	CX	50	R\$ 325,00	R\$ 16.250,00
43.	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 3% S/ VASO CONSTRITOR (CX C/ 50)	CX	50	R\$ 299,00	R\$ 14.950,00
44.	ANESTÉSICO PRILOCAÍNA 3% COM FELIPRESSINA (CX C/ 50)	CX	100	R\$ 305,00	R\$ 30.500,00
45.	ANESTÉSICO TÓPICO GEL BENZOCAÍNA (12G)	PT	100	R\$ 292,00	R\$ 29.200,00
46.	APARELHO DIGITAL MEDIDOR PRESSÃO ARTERIAL (PORTÁTIL/MESA)	UN	6	R\$ 339,00	R\$ 2.034,00
47.	APARELHO MONITOR PRESSÃO ARTERIAL AUTOMÁTICO DE BRAÇO	UN	8	R\$ 890,00	R\$ 7.120,00
48.	APLICADOR DUPLO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (DYCAL)	UN	30	R\$ 25,80	R\$ 774,00
49.	ARCO DE OSTBY DOBRÁVEL (ISOLAMENTO ABSOLUTO)	UN	20	R\$ 45,90	R\$ 918,00
50.	ARCO DE YOUNG AUTOCLAVÁVEL	UN	20	R\$ 45,90	R\$ 918,00
51.	AUTOCLAVE VITALE 21 LITROS CRISTOFOLI (CLASSE S)	UN	12	R\$ 7.890,00	R\$ 94.680,00
52.	AUTOCLAVE VITALE 21 LITROS CRISTOFOLI (CLASSE S) - COTA DE 25%	UN	03	R\$ 7.890,00	R\$ 23.670,00
53.	AUTOCLAVE VITALE CD 21L CRISTOFOLI (DIGITAL)	UN	10	R\$ 7.860,00	R\$ 78.600,00
54.	AVENTAL CIRÚRGICO REFORÇADO ESTÉRIL (DESCARPACK)	UN	100	R\$ 98,50	R\$ 9.850,00
55.	AVENTAL DE BORRACHA PLUMBÍFERA COM COLAR (76X60CM)	UN	6	R\$ 555,00	R\$ 3.330,00
56.	AVENTAL DE BORRACHA PLUMBÍFERA INFANTIL (50X60CM)	UN	5	R\$ 485,00	R\$ 2.425,00
57.	AVENTAL DESCARTÁVEL CIRÚRGICO 40G (PCT C/ 10)	PCT	750	R\$ 89,90	R\$ 67.425,00
58.	AVENTAL DESCARTÁVEL CIRÚRGICO 40G (PCT C/ 10) - COTA DE 25%	PCT	250	R\$ 89,90	R\$ 22.475,00
59.	AVENTAL DESCARTÁVEL CIRÚRGICO 50G (PCT C/ 10)	PCT	750	R\$ 92,40	R\$ 69.300,00
60.	AVENTAL DESCARTÁVEL CIRÚRGICO 50G (PCT C/ 10) - COTA DE 25%	PCT	250	R\$ 92,40	R\$ 23.100,00



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



61.	AVENTAL DESCARTÁVEL CIRÚRGICO 60G (PCT C/ 10)	PCT	800	R\$ 88,00	R\$ 70.400,00
62.	AVENTAL IMPERMEÁVEL DE NAPA (1,20M X 60CM)	UN	60	R\$ 188,00	R\$ 11.280,00
63.	BABADOR ODONTOLÓGICO IMPERMEÁVEL (PCT C/ 100)	PCT	100	R\$ 39,90	R\$ 3.990,00
64.	BANDEJA AÇO INOX SEM TAMPA (30X20X04CM)	UN	30	R\$ 65,00	R\$ 1.950,00
65.	BANDEJA ODONTOLÓGICA AÇO INOX (22X12X1,5CM)	UN	30	R\$ 58,90	R\$ 1.767,00
66.	BANDEJA ODONTOLÓGICA AÇO INOX (24X18X1,5CM)	UN	30	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
67.	BANDEJA RETANGULAR AÇO INOX (22X09X1,5CM)	UN	30	R\$ 68,50	R\$ 2.055,00
68.	BANDEJA RETANGULAR LISA AÇO INOX (40X28X2CM)	UN	30	R\$ 75,60	R\$ 2.268,00
69.	BANDEJA/CUBA RETANGULAR AÇO INOX (22X17X1,5CM)	UN	30	R\$ 65,00	R\$ 1.950,00
70.	BICARBONATO DE SÓDIO (CX C/ 24 SACHES 40G)	CX	200	R\$ 95,60	R\$ 19.120,00
71.	BICO DO SUGADOR (BOMBA FECHA/ABRE)	UN	50	R\$ 91,00	R\$ 4.550,00
72.	BICO SERINGA TRÍPLICE AUTOCLAVÁVEL GNATUS	UN	60	R\$ 55,90	R\$ 3.354,00
73.	BOBINA PARA VÁLVULA SOLENOIDE DANFOSS 127V-018F6280	UN	30	R\$ 295,80	R\$ 8.874,00
74.	BOMBA DE VÁCUO (PARA ATÉ 4 CONSULTÓRIOS)	UN	10	R\$ 4.798,70	R\$ 47.987,00
75.	BOTÃO DA TAMPA QUE LIGA A RESISTÊNCIA (AUTOCLAVE STERMAX)	UN	20	R\$ 74,80	R\$ 1.496,00
76.	BOTÃO MICROCHAVE PUSH BUTTON 4 PINOS, 6X6X5 MM DO APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR FOTO ECEL 9048. MODELO EC 450	UN	60	R\$ 27,00	R\$ 1.620,00
77.	BOTÃO SERINGA TRÍPLICE GNATUS (KIT)	KIT	60	R\$ 68,00	R\$ 4.080,00
78.	BROCA 1012 (ESFÉRICA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO)	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
79.	BROCA 1013 (ESFÉRICA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO)	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
80.	BROCA 1014 (ESFÉRICA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO)	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
81.	BROCA 1015 (ESFÉRICA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO)	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
82.	BROCA 1016 (ESFÉRICA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO)	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
83.	BROCA 1031 (CONE INVERTIDO DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO)	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
84.	BROCA 1111 (CHAMA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO)	UN	150	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



85.	BROCA 2135 DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
86.	BROCA 3118 DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
87.	BROCA 3118 F DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO (FINA)	UN	150	R\$ 14,50	R\$ 2.175,00
88.	BROCA CARBIDE Nº 1557 CILÍNDRICA DENTADA	UN	150	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
89.	BROCA CARBIDE Nº 701 CÔNICA DENTADA	UN	150	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
90.	BROCA CIRÚRGICA ZEKRYA 23MM FG	UN	100	R\$ 18,00	R\$ 1.800,00
91.	BROCA DIAMANTADA 3168 (PARA BISEL)	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
92.	BROCA DIAMANTADA 3168 F (FINA ACABAMENTO)	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
93.	BROCA DIAMANTADA CÔNICA 3203F (FINA)	UN	150	R\$ 14,50	R\$ 2.175,00
94.	BROCA DIAMANTADA CÔNICA CHAMA 3195	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
95.	BROCA DIAMANTADA CÔNICA CHAMA 3195F (FINA)	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
96.	BROCA DIAMANTADA CÔNICA TOPO CHAMA 2200 FG	UN	150	R\$ 14,50	R\$ 2.175,00
97.	BROCA DIAMANTADA HASTE LONGA 1014	UN	150	R\$ 19,00	R\$ 2.850,00
98.	BROCA ENDO Z 152 (TUNGSTÊNIO)	UN	50	R\$ 17,50	R\$ 875,00
99.	BROCA ENDODÔNTICA 1557 (CILÍNDRICA ARREDONDADA)	UN	150	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
100.	BROCA ESFÉRICA CA TAM 002	UN	60	R\$ 7,80	R\$ 468,00
101.	BROCA ESFÉRICA CA TAM 003	UN	60	R\$ 7,80	R\$ 468,00
102.	BROCA ESFÉRICA CA TAM 004	UN	60	R\$ 7,80	R\$ 468,00
103.	BROCA ESFÉRICA CA TAM 005	UN	60	R\$ 7,80	R\$ 468,00
104.	BROCA ESFÉRICA CA TAM 006	UN	60	R\$ 7,80	R\$ 468,00
105.	BROCA ESFÉRICA CA TAM 007	UN	60	R\$ 7,80	R\$ 468,00
106.	BROCA FG DIAMANTADA 1112	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
107.	BROCA FG DIAMANTADA 1112 F (FINA ACABAMENTO)	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
108.	BROCA FG DIAMANTADA 2112	UN	150	R\$ 7,80	R\$ 1.170,00
109.	BROCA GATES (1 A 6) (EMB. C/ 6)	UN	50	R\$ 89,00	R\$ 4.450,00
110.	BROQUEIRO ALUMÍNIO 15 FUROS (ALTA ROTAÇÃO)	UN	15	R\$ 49,90	R\$ 748,50
111.	BROQUEIRO ALUMÍNIO 21 FUROS (ALTA ROTAÇÃO)	UN	15	R\$ 52,50	R\$ 787,50
112.	BRUNIDOR AMÁLGAMA Nº 29	UN	30	R\$ 25,90	R\$ 777,00



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



113.	BUCHA DENTADA CANETA GNATUS SL 30	UN	60	R\$ 50,00	R\$ 3.000,00
114.	CABO DE AÇO INOX PARA ESPELHO BUCAL	UN	100	R\$ 13,50	R\$ 1.350,00
115.	CABO DE ALIMENTAÇÃO VT/VTF MAIS CONECTORFCL 20A AUTOCLAVE CRISTÓFOLI 12/21	UN	30	R\$ 78,60	R\$ 2.358,00
116.	CABO DE BISTURI Nº 04	UN	50	R\$ 18,90	R\$ 945,00
117.	CABO RESISTÊNCIA EXTRUDADO AUTOCLAVE CRISTÓFOLI MPR.01810	UN	30	R\$ 147,50	R\$ 4.425,00
118.	CAIXA PARA REVELAR RADIOGRAFIA (CÂMARA ESCURA)	UN	7	R\$ 555,00	R\$ 3.885,00
119.	CANETA ALTA ROTAÇÃO, ROLAMENTOS DE CERÂMICA, PUSH BUTTON	UN	20	R\$ 1.450,00	R\$ 29.000,00
120.	CANETA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO CONTRA ÂNGULO, PUSH BUTTON	UN	20	R\$ 1.999,00	R\$ 39.980,00
121.	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO CABEÇA ESFÉRICA PEQUENA (PUSH BUTTON, ODONTOPEDIATRIA)	UN	12	R\$ 1.450,00	R\$ 17.400,00
122.	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO CABEÇA PEQUENA (SACA BROCAS, ODONTOPEDIATRIA)	UN	12	R\$ 1.344,50	R\$ 16.134,00
123.	CÂNULA DE ASPIRAÇÃO FRAZIER 3MM	UN	20	R\$ 35,00	R\$ 700,00
124.	CAPA PROTETORA DE CERDAS (BLISTER C/ 3)	UN	7.500	R\$ 22,00	R\$ 165.000,00
125.	CAPA PROTETORA DE CERDAS (BLISTER C/ 3) - COTA DE 25%	UN	2.500	R\$ 22,00	R\$ 55.000,00
126.	CAPACITOR COMPRESSOR 20UF 450VAC 2 FIOS	UN	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
127.	CARTELA RADIOGRÁFICA COM 02 FUIROS ADULTO (PCT C/ 100)	PCT	10	R\$ 33,10	R\$ 331,00
128.	CARTELA RADIOGRÁFICA COM 1 FURO ADULTO (PCT C/ 100)	PCT	10	R\$ 32,50	R\$ 325,00
129.	CARTELA RADIOGRÁFICA COM 1 FURO INFANTIL (PCT C/ 100)	PCT	10	R\$ 33,10	R\$ 331,00
130.	CARTELA RADIOGRÁFICA COM 2 FUIROS INFANTIL (PCT C/ 100)	PCT	10	R\$ 35,00	R\$ 350,00
131.	CHAVE GERAL PARA AUTOCLAVE STERMAX (CHAVE DE LIGA/DESLIGA)	UN	30	R\$ 88,00	R\$ 2.640,00
132.	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO TIPO DYCAL	CX	150	R\$ 52,10	R\$ 7.815,00
133.	CIMENTO DE ZINCO KIT (PÓ 28G + LÍQUIDO 10ML)	CX	50	R\$ 125,00	R\$ 6.250,00
134.	CIMENTO ENDODÔNTICO CONTENDO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO	KIT	100	R\$ 95,60	R\$ 9.560,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



135.	CIMENTO ENDODÔNTICO SEALER (PÓ 12G + LÍQUIDO 10ML)	KIT	50	R\$ 87,99	R\$ 4.399,50
136.	CIMENTO FOSFATO DE ZINCO (PÓ 28G + LÍQUIDO 10ML)	KIT	50	R\$ 44,80	R\$ 2.240,00
137.	CIMENTO PROVISÓRIO IRM LÍQUIDO (15ML)	FR	100	R\$ 189,00	R\$ 18.900,00
138.	CIMENTO PROVISÓRIO IRM PÓ (38G)	PT	100	R\$ 199,00	R\$ 19.900,00
139.	CIMENTO RESINOSO DUAL (KIT 5G)	KIT	100	R\$ 84,00	R\$ 8.400,00
140.	CLORO LÍQUIDO (HIPOCLORITO DE SÓDIO 5,0%)	LT	50	R\$ 15,99	R\$ 799,50
141.	COLA TRAVA ROLAMENTO TIPO TEK BOND 138	UN	30	R\$ 135,50	R\$ 4.065,00
142.	COLETOR PERFUROCORTANTE 1,5 LITROS	UN	100	R\$ 12,50	R\$ 1.250,00
143.	COLETOR PERFUROCORTANTE 3 LITROS	UN	500	R\$ 15,90	R\$ 7.950,00
144.	COLGADURA (GRAMPO) UNITÁRIA INOX	UN	30	R\$ 16,90	R\$ 507,00
145.	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO (ISENTO DE ÓLEO)	UN	5	R\$ 5.480,00	R\$ 27.400,00
146.	CONDENSADOR DE AMÁLGAMA WARD Nº 01	UN	50	R\$ 22,90	R\$ 1.145,00
147.	CONDENSADOR DE AMÁLGAMA WARD Nº 02	UN	50	R\$ 23,00	R\$ 1.150,00
148.	CONDENSADOR DE AMÁLGAMA WARD Nº 04	UN	50	R\$ 23,50	R\$ 1.175,00
149.	CONDENSADOR DE GUTA PERCHA DUPLO SCHILDER 1/2	UN	20	R\$ 155,00	R\$ 3.100,00
150.	CONDENSADOR DE GUTA PERCHA DUPLO SCHILDER 2/3	UN	20	R\$ 162,00	R\$ 3.240,00
151.	CONDENSADORES PARA ENDODONTIA (KIT NITI)	KIT	10	R\$ 310,00	R\$ 3.100,00
152.	CONES DE GUTA PERCHA CALIBRADOS Nº 20 (CX 120)	CX	50	R\$ 68,90	R\$ 3.445,00
153.	CONES DE GUTA PERCHA CALIBRADOS Nº 25 (CX 120)	CX	50	R\$ 68,90	R\$ 3.445,00
154.	CONES DE GUTA PERCHA CALIBRADOS Nº 30 (CX 120)	CX	50	R\$ 68,90	R\$ 3.445,00
155.	CONES DE GUTA PERCHA CALIBRADOS Nº 35 (CX 120)	CX	50	R\$ 68,90	R\$ 3.445,00
156.	CONES DE GUTA PERCHA CALIBRADOS Nº 40 (CX 120)	CX	50	R\$ 68,90	R\$ 3.445,00
157.	CONES DE GUTA PERCHA CALIBRADOS Nº 45 (CX 120)	CX	50	R\$ 68,90	R\$ 3.445,00
158.	CONES DE GUTA PERCHA CALIBRADOS Nº 60 (CX 120)	CX	50	R\$ 68,90	R\$ 3.445,00
159.	CONES DE GUTA PERCHA CALIBRADOS Nº 70 (CX 120)	CX	50	R\$ 68,90	R\$ 3.445,00
160.	CONES DE GUTA PERCHA CALIBRADOS Nº 80 (CX 120)	CX	50	R\$ 68,90	R\$ 3.445,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



161.	CONES DE GUTA PERCHA MEDIUM (M) MICROTIPPED (CX 120)	CX	50	R\$ 68,90	R\$ 3.445,00
162.	CONES DE GUTA PERCHA MEDIUM FINE (MF) MICROTIPPED (CX 120)	CX	50	R\$ 68,90	R\$ 3.445,00
163.	CONEXÃO T ESPIGÃO 2MM PARA MANGUEIRA ESPAGUETE 3,0 X 1,6MM	UN	30	R\$ 34,70	R\$ 1.041,00
164.	CONJUNTO CORPO SUCTOR SUGADOR GNATUS	UN	100	R\$ 185,50	R\$ 18.550,00
165.	CONJUNTO SUGADOR GNATUS/SAEVO BOMBA A VÁCUO SUCTOR 6,5MM	UN	60	R\$ 389,00	R\$ 23.340,00
166.	CONTRA ÂNGULO ROTATÓRIO PARA ENDODONTIA 16:1	UN	5	R\$ 1.980,00	R\$ 9.900,00
167.	CONTRA-ÂNGULO IROOT PRO (MINI, PUSH BUTTON, RECÍPROCANTE)	UN	10	R\$ 1.700,00	R\$ 17.000,00
168.	CORREIA COMPRESSOR SCHULZ CSL 10 BRAVO	UN	20	R\$ 68,00	R\$ 1.360,00
169.	CORREIA COMPRESSOR SCHULZ CSL 20 BRAVO	UN	20	R\$ 77,80	R\$ 1.556,00
170.	CREME DENTAL COM FLÚOR 90G	UN	12.000	R\$ 16,00	R\$ 192.000,00
171.	CREME DENTAL COM FLÚOR 90G - COTA DE 25%	UN	4.000	R\$ 16,00	R\$ 64.000,00
172.	CREME/PASTA ENDO PTC 25G	FR	30	R\$ 17,50	R\$ 525,00
173.	CUNHA ANATÔMICA DE MADEIRA (CX C/ 100)	CX	30	R\$ 28,00	R\$ 840,00
174.	CURATIVO ALVEOLAR (10G)	FR	60	R\$ 144,00	R\$ 8.640,00
175.	CURETA GRACEY 11-12	UN	15	R\$ 59,80	R\$ 897,00
176.	CURETA GRACEY 13-14	UN	15	R\$ 59,80	R\$ 897,00
177.	CURETA GRACEY 5-6	UN	15	R\$ 59,80	R\$ 897,00
178.	CURETA GRACEY 7-8	UN	15	R\$ 59,80	R\$ 897,00
179.	CURETA PERIODONTAL 11-12	UN	15	R\$ 59,80	R\$ 897,00
180.	CURETA PERIODONTAL 13-14	UN	15	R\$ 59,80	R\$ 897,00
181.	CURETA PERIODONTAL 17-18	UN	15	R\$ 59,80	R\$ 897,00
182.	CURETA PERIODONTAL MC CALL 1-10	UN	15	R\$ 59,80	R\$ 897,00
183.	DESINFETANTE HOSPITALAR 5ª GERAÇÃO + BIGUANIDA (5L CONCENTRADO)	FR	100	R\$ 95,00	R\$ 9.500,00
184.	DESINFETANTE HOSPITALAR 5ª GERAÇÃO + BIGUANIDA (5L PRONTO USO)	FR	100	R\$ 89,40	R\$ 8.940,00
185.	DESTILADOR DE ÁGUA	UN	10	R\$ 1.648,00	R\$ 16.480,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



186.	DETERGENTE BACTERIOSTÁTICO PRÉ-LAVAGEM (750ML)	FR	200	R\$ 66,00	R\$ 13.200,00
187.	DETERGENTE DESINCROSTANTE (PÓ)	KG	30	R\$ 89,00	R\$ 2.670,00
188.	DETERGENTE ENZIMÁTICO (1000ML)	LT	100	R\$ 29,80	R\$ 2.980,00
189.	DISCO DE LIXA SOF-LEX (KIT C/ 50)	KIT	100	R\$ 455,00	R\$ 45.500,00
190.	DISCOS ABRASIVOS ACABAMENTO/POLIMENTO (KIT C/ 120 + MANDRIL)	KIT	20	R\$ 39,90	R\$ 798,00
191.	EDTA TRISSÓDICO (20ML)	FR	40	R\$ 25,00	R\$ 1.000,00
192.	EIXO PINÇA CANETA KAVO 5050	UN	40	R\$ 215,00	R\$ 8.600,00
193.	ELEMENTO FILTRO AR 3/4 PARA COMPRESSOR 20/25/40/60 PÉS PRESSURE	UN	40	R\$ 105,00	R\$ 4.200,00
194.	ELEMENTO FILTRO DE AR COMPRESSORES 20 30 40 60 PÉS	UN	40	R\$ 110,50	R\$ 4.420,00
195.	ENVELOPE AUTO-SELANTE (PACOTE C/ 100)	PCT	50	R\$ 69,80	R\$ 3.490,00
196.	ENXADA PERIODONTAL MCCALL 8	UN	30	R\$ 77,00	R\$ 2.310,00
197.	ESCAVADOR DUPLO 11 1/2	UN	50	R\$ 38,00	R\$ 1.900,00
198.	ESCOVA DE PROFILAXIA ROBINSON (PCT C/ 20)	PCT	100	R\$ 3,50	R\$ 350,00
199.	ESCOVA DENTAL ADULTO (34 TUFOS)	UN	9.750	R\$ 9,00	R\$ 87.750,00
200.	ESCOVA DENTAL ADULTO (34 TUFOS) - COTA DE 25%	UN	3.250	R\$ 9,00	R\$ 29.250,00
201.	ESCOVA DENTAL INFANTIL (CABEÇA PEQUENA, DINO)	UN	6.000	R\$ 8,50	R\$ 51.000,00
202.	ESCOVA DENTAL PORTÁTIL (TRIP)	UN	9.750	R\$ 11,00	R\$ 107.250,00
203.	ESCOVA DENTAL PORTÁTIL (TRIP) - COTA DE 25%	UN	3.250	R\$ 11,00	R\$ 35.750,00
204.	ESCOVA LIMPEZA INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS (NYLON)	UN	60	R\$ 32,00	R\$ 1.920,00
205.	ESCOVA PARA LIMPAR BROCAS (LATÃO)	UN	50	R\$ 25,90	R\$ 1.295,00
206.	ESCULPIDOR HOLLENBACK 3S	UN	50	R\$ 39,60	R\$ 1.980,00
207.	ESPÁTULA 07	UN	50	R\$ 49,00	R\$ 2.450,00
208.	ESPÁTULA INSERÇÃO FIO RETRATOR	UN	50	R\$ 48,00	R\$ 2.400,00
209.	ESPÁTULA INSERÇÃO RESINA CALCADOR DUPLO Nº 1	UN	30	R\$ 28,00	R\$ 840,00
210.	ESPÁTULA INSERÇÃO RESINA Nº 2	UN	30	R\$ 25,00	R\$ 750,00
211.	ESPÁTULA MANIPULAÇÃO Nº 70	UN	50	R\$ 48,00	R\$ 2.400,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



212.	ESPÁTULA TITÂNIO INSERÇÃO RESINA Nº 01	UN	10	R\$ 35,00	R\$ 350,00
213.	ESPELHO BUCAL COM AUMENTO Nº 5 (CÔNCAVO)	UN	100	R\$ 6,80	R\$ 680,00
214.	ESPELHO BUCAL PLANO Nº 05	UN	200	R\$ 6,90	R\$ 1.380,00
215.	ESPELHO COM MOLDURA (34X44,5CM)	UN	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
216.	ESPIGÃO 4MM COM REDUÇÃO PARA 2MM	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
217.	ESPIGÃO CRUZ 2MM PARA MANGUEIRAS DE 3 X 1,6MM PARA MANGUEIRA ESPAGUETE	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
218.	ESPIGÃO CRUZ 4MM PARA MANGUEIRAS DE 6 X 4MM PARA MANGUEIRAS PU AZUL 6MM OU LIGAÇÃO GERAL	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
219.	ESPIGÃO EMENDA 2MM PARA MANGUEIRA 3 X 1,6MM PARA MANGUEIRA ESPAGUETE 3 X 1,6MM	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
220.	ESPIGÃO EMENDA 4MM PARA MANGUEIRA DE 6 X 4MM PARA MANGUEIRA PU AZUL 6MM OU LIGAÇÃO GERAL	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
221.	ESPIGÃO EMENDA 7MM PARA MANGUEIRA DE 10 X 7MM	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
222.	ESPIGÃO EMENDA DE PLÁSTICO 3MM PARA MANGUEIRA 4,1 X 2,7MM	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
223.	ESPIGÃO EMENDA DE PLÁSTICO 4MM PARA MANGUEIRA DE 6 X 4 MM	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
224.	ESPIGÃO PARA MANGUEIRA DE 6 X 4MM COM REDUÇÃO PARA MANGUEIRA DE 3 X 1,6MM	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
225.	ESPIGÃO T 2MM (2X) COM EXPANSÃO PARA 4MM PARA MANGUEIRAS ESPAGUETE 3 X 1,6MM E MANGUEIRA PU AZUL 6 X 4MM	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
226.	ESPIGÃO T 4MM PARA MANGUEIRA DE 6 X 4MM PARA MANGUEIRA PU AZUL 6MM OU LIGAÇÃO GERAL	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
227.	ESPIGÃO T 7MM (2X) COM REDUÇÃO PARA 4MM PARA MANGUEIRA PU 10 X 7MM COM REDUÇÃO PARA PU 6 X 4MM	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
228.	ESPIGÃO T 7MM PARA MANGUEIRA DE 10 X 7MM PARA MANGUEIRAS PU AZUL DE 10MM	UN	40	R\$ 32,80	R\$ 1.312,00
229.	ESPONJA HEMOSTÁTICA (CX C/ 10)	CX	200	R\$ 68,75	R\$ 13.750,00
230.	ESTOJO INOX 18X08X03 CM	UN	50	R\$ 250,00	R\$ 12.500,00
231.	ESTOJO INOX 20X10X05 CM	UN	50	R\$ 255,00	R\$ 12.750,00
232.	ESTOJO INOX 26X12X06CM	UN	50	R\$ 255,00	R\$ 12.750,00
233.	ESTOJO INOX 28X14X06CM	UN	50	R\$ 255,00	R\$ 12.750,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



234.	EUGENOL 20ML	UN	100	R\$ 35,40	R\$ 3.540,00
235.	EXTIRPA NERVO 1ª SÉRIE 15/40 21MM (PCT C/ 10)	PCT	60	R\$ 46,50	R\$ 2.790,00
236.	FECHO FECHADURA MANÍPULO AUTOCLAVE VITALE VT CRISTOFOLI	UN	30	R\$ 210,00	R\$ 6.300,00
237.	FILME OCLUSAL RADIOGRÁFICO (CX C/ 25)	CX	20	R\$ 980,00	R\$ 19.600,00
238.	FILME RADIOGRÁFICO PERIAPICAL ADULTO (CX C/ 150)	CX	50	R\$ 333,00	R\$ 16.650,00
239.	FILME RADIOGRÁFICO PERIAPICAL INFANTIL (CX C/ 100)	CX	10	R\$ 320,00	R\$ 3.200,00
240.	FILTRO DE ÁGUA PARA CAIXA D'ÁGUA E ENTRADA CAVALETE BBI POE F230POE 3/4" ROSCA METÁLICA	UN	20	R\$ 95,00	R\$ 1.900,00
241.	FILTRO DE AR C/ DRENO SEMI-AUTOMÁTICO 1/4" COM REGULADOR DE PRESSÃO MANÔMETRO + CONEXÕES + SUPORTE DE FIXAÇÃO	UN	20	R\$ 390,00	R\$ 7.800,00
242.	FILTRO DE AR TRIO ODONTOLÓGICO COM CONEXÃO PNEUMÁTICA DE 1/4	UN	20	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00
243.	FILTRO PARA BOMBA À VÁCUO TIPO DABI/GNATUS/CRISTÓFOLI 3/4. MÁXIMA 150 PSI. PRESSÃO 10 BAR	UN	20	R\$ 159,00	R\$ 3.180,00
244.	FILTRO PARA REPOSIÇÃO DO FILTRO DA RESISTÊNCIA DESTILADOR CRISTÓFOLI. UNIDADE	UN	50	R\$ 74,00	R\$ 3.700,00
245.	FILTRO SEPARADOR DETRITOS SUGADOR SALIVA MODELO GNATUS SYNCRUS	UN	100	R\$ 78,90	R\$ 7.890,00
246.	FIO DE SUTURA NYLON 2-0 C/ AGULHA (CX C/ 24)	CX	400	R\$ 58,90	R\$ 23.560,00
247.	FIO DE SUTURA NYLON 3/0 C/ AGULHA 20MM (CX C/ 24)	CX	400	R\$ 62,80	R\$ 25.120,00
248.	FIO DE SUTURA NYLON 3-0 C/ AGULHA 25MM (CX C/ 24)	CX	400	R\$ 58,90	R\$ 23.560,00
249.	FIO DE SUTURA NYLON 4/0 C/ AGULHA 25MM (CX C/ 24)	CX	400	R\$ 59,50	R\$ 23.800,00
250.	FIO DE SUTURA NYLON 5/0 C/ AGULHA 20MM (CX C/ 24)	CX	400	R\$ 59,50	R\$ 23.800,00
251.	FIO DE SUTURA SEDA 4/0 C/ AGULHA (CX C/ 24)	CX	400	R\$ 62,80	R\$ 25.120,00
252.	FIO DENTAL 100M	UN	100	R\$ 16,74	R\$ 1.674,00
253.	FIO DENTAL 500 METROS	UN	200	R\$ 18,99	R\$ 3.798,00
254.	FIO DENTAL 50M (C/ CORTADOR)	UN	3.000	R\$ 15,90	R\$ 47.700,00
255.	FIO RETRATOR/AFASTADOR GENGIVAL 0 (250 CM)	CX	20	R\$ 75,80	R\$ 1.516,00
256.	FIO RETRATOR/AFASTADOR GENGIVAL 00 (250CM)	CX	20	R\$ 75,80	R\$ 1.516,00
257.	FIO RETRATOR/AFASTADOR GENGIVAL 000 (250 CM)	CX	20	R\$ 75,80	R\$ 1.516,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



258.	FIO RETRATOR/AFASTADOR GENGIVAL 1 (250 CM)	CX	20	R\$ 75,80	R\$ 1.516,00
259.	FIO RETRATOR/AFASTADOR GENGIVAL 2 (250CM)	CX	20	R\$ 75,80	R\$ 1.516,00
260.	FITA PARA AUTOCLAVE INDICADORA (19MM X 30M)	UN	200	R\$ 8,39	R\$ 1.678,00
261.	FIXADOR PARA PELÍCULA RADIOGRÁFICA (475ML)	FR	100	R\$ 35,40	R\$ 3.540,00
262.	FLÚOR GEL ACIDULADO TUTTI-FRUTTI (200ML)	FR	200	R\$ 15,50	R\$ 3.100,00
263.	FLÚOR GEL NEUTRO (200ML)	FR	200	R\$ 14,75	R\$ 2.950,00
264.	FOICE DE CURETA PERIODONTAL H5-33	UN	30	R\$ 99,60	R\$ 2.988,00
265.	FOICE PERIODONTAL DE AÇO 11-12	UN	30	R\$ 99,00	R\$ 2.970,00
266.	FÓRCEPS 16 (MOLAR INF. DESTRUIÇÃO CORONÁRIA)	UN	50	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00
267.	FÓRCEPS ADULTO Nº 150	UN	50	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00
268.	FÓRCEPS ADULTO Nº 151	UN	50	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00
269.	FÓRCEPS ADULTO Nº 17	UN	50	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00
270.	FÓRCEPS ADULTO Nº 18 L (ESQ.)	UN	50	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00
271.	FÓRCEPS ADULTO Nº 18 R (DIR.)	UN	50	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00
272.	FÓRCEPS ADULTO Nº 69 (RAÍZES)	UN	50	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00
273.	FÓRCEPS INFANTIL Nº 1	UN	50	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00
274.	FÓRCEPS INFANTIL Nº 17	UN	50	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00
275.	FÓRCEPS INFANTIL Nº 27	UN	50	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00
276.	FORMOCRESOL DILUÍDO (10ML)	FR	40	R\$ 28,40	R\$ 1.136,00
277.	FORRADOR DE CAVIDADES TIPO PULPO-SAN (50G)	FR	100	R\$ 149,90	R\$ 14.990,00
278.	FOTOPOLIMERIZADOR À BATERIA (LED SEM FIO)	UN	20	R\$ 1.099,00	R\$ 21.980,00
279.	GARRAFA PET 800ML LEITOSA GNATUS	UN	100	R\$ 62,00	R\$ 6.200,00
280.	GESSO PEDRA AMARELO (1KG)	KG	300	R\$ 21,50	R\$ 6.450,00
281.	GORROS DESCARTÁVEIS (PCT C/ 100)	PCT	500	R\$ 14,90	R\$ 7.450,00
282.	GRAMPO INOX AW8	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
283.	GRAMPO INOX Nº 0	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
284.	GRAMPO INOX Nº 200	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
285.	GRAMPO INOX Nº 201	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
286.	GRAMPO INOX Nº 202	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



287.	GRAMPO INOX Nº 203	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
288.	GRAMPO INOX Nº 204	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
289.	GRAMPO INOX Nº 205	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
290.	GRAMPO INOX Nº 206	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
291.	GRAMPO INOX Nº 207	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
292.	GRAMPO INOX Nº 208	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
293.	GRAMPO INOX Nº 209	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
294.	GRAMPO INOX Nº 210	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
295.	GRAMPO INOX Nº 211	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
296.	GRAMPO INOX Nº 212 H	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
297.	GRAMPO INOX Nº 212 L	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
298.	GRAMPO INOX Nº 212 R	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
299.	GRAMPO INOX Nº 26	UN	25	R\$ 18,95	R\$ 473,75
300.	GRAXA BRANCA DE LÍTIO BALDE 3,5 KG	UN	20	R\$ 295,00	R\$ 5.900,00
301.	GUARNIÇÃO E JUNTA SPRAY CANETA GNATUS SL 30 FG TB	UN	100	R\$ 28,00	R\$ 2.800,00
302.	GUARNIÇÃO E JUNTA SPRAY CANETA KAVO 505C	UN	100	R\$ 28,00	R\$ 2.800,00
303.	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA EM PÓ (10G)	FR	60	R\$ 19,95	R\$ 1.197,00
304.	HIPOCLORITO DE SÓDIO 0,5% LÍQUIDO DE DAKIN (1L)	FR	50	R\$ 26,80	R\$ 1.340,00
305.	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% SOLUÇÃO DE MILTON (1L)	FR	50	R\$ 22,00	R\$ 1.100,00
306.	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5% SODA CLORADA (1L)	FR	50	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
307.	INDICADOR BIOLÓGICO (CX C/ 100)	CX	100	R\$ 89,00	R\$ 8.900,00
308.	INDICADOR QUÍMICO CLASSE 5 (CX C/ 100)	CX	100	R\$ 287,00	R\$ 28.700,00
309.	IODOFÓRMIO (10G)	FR	12	R\$ 69,40	R\$ 832,80
310.	IONÔMERO DE VIDRO FORRO (PÓ E LÍQUIDO)	CX	100	R\$ 74,15	R\$ 7.415,00
311.	IONÔMERO DE VIDRO KETAC MOLAR	CX	100	R\$ 78,60	R\$ 7.860,00
312.	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURAÇÃO VIDRION R	CX	100	R\$ 72,00	R\$ 7.200,00
313.	IONÔMERO FORRADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL (SERINGA 2,5G)	UN	100	R\$ 155,00	R\$ 15.500,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



314.	IONÔMERO RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL RIVA	KIT	100	R\$ 155,00	R\$ 15.500,00
315.	JOGO DE JUNTAS COMPRESSOR PRESSURE OP 5,2/50	KIT	50	R\$ 133,00	R\$ 6.650,00
316.	JOGO DE JUNTAS COMPRESSOR SCHULZ CSL 10 BRAVO	KIT	50	R\$ 133,00	R\$ 6.650,00
317.	JOGO DE JUNTAS COMPRESSOR SCHULZ CSL 20 BRAVO	KIT	50	R\$ 155,00	R\$ 7.750,00
318.	KIT ACADÊMICO (ALTA/BAIXA ROTAÇÃO)	KIT	12	R\$ 3.250,00	R\$ 39.000,00
319.	KIT ACIONADOR PEDAL ELÉTRICO COM TORNEIRA	UN	20	R\$ 236,50	R\$ 4.730,00
320.	KIT BROCAS ACABAMENTO RESINA FINA (FAVA)	KIT	20	R\$ 78,50	R\$ 1.570,00
321.	KIT BROCAS ACABAMENTO RESINA ULTRAFINA	KIT	20	R\$ 78,50	R\$ 1.570,00
322.	KIT BROCAS DIAMANTADAS FINA/EXTRAFINA (FAVA)	KIT	20	R\$ 98,70	R\$ 1.974,00
323.	KIT POLIMENTO RESINA ULTRA-GLOSS (AMERICAN BURRS)	KIT	15	R\$ 580,00	R\$ 8.700,00
324.	KIT PONTAS DE BORRACHA POLIMENTO AMÁLGAMA	KIT	10	R\$ 87,00	R\$ 870,00
325.	LÂMINA DE BISTURI Nº 15 (CX C/ 100)	CX	10	R\$ 47,50	R\$ 475,00
326.	LÂMPADA H3 PARA FOCO	UN	30	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
327.	LÂMPADA PARA FOTOPOLIMERIZADOR (14X35W)	UN	30	R\$ 95,00	R\$ 2.850,00
328.	LENÇOL DE BORRACHA MADEITEX (CX C/ 26)	CX	100	R\$ 72,30	R\$ 7.230,00
329.	LIMA FLEXO-FILE (CX C/ 6)	CX	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
330.	LIMA GOLDEN MEDIUM (CX C/ 6)	CX	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
331.	LIMA HEDSTROEN 2ª SÉRIE (CX C/ 6)	CX	50	R\$ 60,00	R\$ 3.000,00
332.	LIMA HEDSTROEN Nº 15 1ª SÉRIE	CX	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
333.	LIMA HEDSTROEN Nº 20 1ª SÉRIE 21MM	CX	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
334.	LIMA HEDSTROEN Nº 20 1ª SÉRIE 25MM	CX	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
335.	LIMA HEDSTROEN Nº 21 (PROVÁVEL 25) 1ª SÉRIE 21MM	CX	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
336.	LIMA HEDSTROEN Nº 25 1ª SÉRIE 25MM	CX	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
337.	LIMA HEDSTROEN Nº 30 1ª SÉRIE 21MM	CX	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
338.	LIMA HEDSTROEN Nº 30 1ª SÉRIE 25MM	CX	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
339.	LIMA HEDSTROEN Nº 35 1ª SÉRIE 21MM	CX	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



340.	LIMA HEDSTROEN Nº 35 1ª SÉRIE 25MM	CX	50	R\$ 60,00	R\$ 3.000,00
341.	LIMA HEDSTROEN Nº 40 1ª SÉRIE 21MM	CX	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
342.	LIMA HEDSTROEN Nº 40 1ª SÉRIE 25MM	CX	50	R\$ 60,00	R\$ 3.000,00
343.	LIMA HEDSTROEN Nº 50 2ª SÉRIE 25MM	CX	50	R\$ 59,80	R\$ 2.990,00
344.	LIMA HEDSTROEN Nº 55 2ª SÉRIE 25MM	CX	50	R\$ 39,85	R\$ 1.992,50
345.	LIMA HEDSTROEN Nº 55 2ª SÉRIE 31MM	CX	50	R\$ 39,85	R\$ 1.992,50
346.	LIMA HEDSTROEN Nº 60 2ª SÉRIE 25MM	CX	50	R\$ 39,85	R\$ 1.992,50
347.	LIMA HEDSTROEN Nº 60 2ª SÉRIE 31MM	CX	50	R\$ 39,85	R\$ 1.992,50
348.	LIMA HEDSTROEN Nº 70 2ª SÉRIE 25MM	CX	50	R\$ 39,85	R\$ 1.992,50
349.	LIMA HEDSTROEN Nº 80 2ª SÉRIE 31MM	CX	50	R\$ 39,85	R\$ 1.992,50
350.	LIMA INSTRUMENTAÇÃO MECANIZADA CM (KIT C/ 4)	KIT	100	R\$ 215,00	R\$ 21.500,00
351.	LIMA K 1ª SÉRIE 21MM (CX C/ 6)	CX	100	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
352.	LIMA K 1ª SÉRIE 25MM (CX C/ 6)	CX	100	R\$ 45,44	R\$ 4.544,00
353.	LIMA K 1ª SÉRIE 30MM (CX C/ 6)	CX	100	R\$ 45,44	R\$ 4.544,00
354.	LIMA K 1ª SÉRIE 31MM (CX C/ 6)	CX	100	R\$ 45,44	R\$ 4.544,00
355.	LIMA K 2ª SÉRIE 21MM (CX C/ 6)	CX	100	R\$ 45,44	R\$ 4.544,00
356.	LIMA K 2ª SÉRIE 21MM Nº 45/80 (CX C/ 6)	CX	50	R\$ 45,44	R\$ 2.272,00
357.	LIMA K 2ª SÉRIE 25MM (CX C/ 6)	CX	100	R\$ 45,44	R\$ 4.544,00
358.	LIMA K 2ª SÉRIE 30MM (CX C/ 6)	CX	100	R\$ 45,44	R\$ 4.544,00
359.	LIMA K 2ª SÉRIE 31MM Nº 45/80 (CX C/ 6)	CX	50	R\$ 45,44	R\$ 2.272,00
360.	LIMA K 3ª SÉRIE (CX C/ 6)	CX	100	R\$ 45,44	R\$ 4.544,00
361.	LIMA K SÉRIE ESPECIAL Nº 06 21MM	CX	100	R\$ 45,44	R\$ 4.544,00
362.	LIMA K SÉRIE ESPECIAL Nº 06 25MM	CX	50	R\$ 45,44	R\$ 2.272,00
363.	LIMA K SÉRIE ESPECIAL Nº 06 31MM	CX	50	R\$ 45,44	R\$ 2.272,00
364.	LIMA K SÉRIE ESPECIAL Nº 08 21MM	CX	50	R\$ 45,44	R\$ 2.272,00
365.	LIMA K SÉRIE ESPECIAL Nº 08 25MM	CX	50	R\$ 45,44	R\$ 2.272,00
366.	LIMA K SÉRIE ESPECIAL Nº 08 31MM	CX	50	R\$ 45,44	R\$ 2.272,00
367.	LIMA K SÉRIE ESPECIAL Nº 10 21MM	CX	100	R\$ 57,00	R\$ 5.700,00
368.	LIMA K SÉRIE ESPECIAL Nº 10 25MM	CX	100	R\$ 57,50	R\$ 5.750,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



369.	LIMA K SÉRIE ESPECIAL Nº 10 31MM	CX	100	R\$ 58,30	R\$ 5.830,00
370.	LIMA K-FLEX	UN	100	R\$ 53,00	R\$ 5.300,00
371.	LIMA M EASY 15X40.03/05 25MM	CX	100	R\$ 188,00	R\$ 18.800,00
372.	LIMA M ORIFICE SHAPER 17MM 15.10	UN	100	R\$ 94,15	R\$ 9.415,00
373.	LIMA M ORIFICE SHAPER 19MM 15.08	UN	100	R\$ 94,50	R\$ 9.450,00
374.	LIMA MANUAL M 31MM 1ª SÉRIE 15-40 (EASY BASSI)	CX	100	R\$ 150,00	R\$ 15.000,00
375.	LIMA NITIFLEX 15-40 21MM/25MM	UN	100	R\$ 47,60	R\$ 4.760,00
376.	LIMA PARA OSSO SELDIN 11	UN	12	R\$ 53,50	R\$ 642,00
377.	LIMA PARA OSSO SELDIN 12	UN	12	R\$ 54,80	R\$ 657,60
378.	LIMA ROTATÓRIA 21MM (BLISTER C/ 6)	BLIS	100	R\$ 175,40	R\$ 17.540,00
379.	LIMA ROTATÓRIA 25MM (BLISTER C/ 6)	BLIS	100	R\$ 175,40	R\$ 17.540,00
380.	LIMA ROTATÓRIA LOGIC EASY BASSI (BLISTER C/ 4)	BLIS	100	R\$ 198,00	R\$ 19.800,00
381.	LIXEIRA COM PEDAL 15 LITROS	UN	50	R\$ 69,98	R\$ 3.499,00
382.	LIXEIRA QUADRADA COM PEDAL 30L	UN	50	R\$ 78,95	R\$ 3.947,50
383.	LOCALIZADOR APICAL BASSI IROOT APEX	UN	3	R\$ 2.475,50	R\$ 7.426,50
384.	LOCALIZADOR APICAL E-PEX PRO MK LIFE	UN	3	R\$ 1.480,00	R\$ 4.440,00
385.	LUVA DESCARTÁVEL PLÁSTICA (CX C/ 100)	CAIXA	100	R\$ 15,80	R\$ 1.580,00
386.	LUVAS MULTIUSO (M)	UN	150	R\$ 18,00	R\$ 2.700,00
387.	LUVAS MULTIUSO (P)	UN	150	R\$ 18,00	R\$ 2.700,00
388.	MACRO MODELO GIGANTE (BOCA/ESCOVA)	UN	10	R\$ 345,00	R\$ 3.450,00
389.	MACROMODELO EVOLUÇÃO DOENÇA PERIODONTAL	UN	10	R\$ 280,00	R\$ 2.800,00
390.	MANDRIL PARA CONTRA ÂNGULO	UN	50	R\$ 32,00	R\$ 1.600,00
391.	MANGUEIRA CADEIRA ODONTOLÓGICA ESPAGUETE PU VERDE 1,6 MM GNATUS/DABI/SAEVO/D700 H-11	METRO	500	R\$ 12,00	R\$ 6.000,00
392.	MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO. 300 PSI 5/16	METRO	50	R\$ 17,40	R\$ 870,00
393.	MANGUEIRA DE SILICONE PARA AUTOCLAVE 6X12MM	METRO	50	R\$ 26,40	R\$ 1.320,00
394.	MANGUEIRA DUPLA DESIGUAL COM CAPA 1 VIA DE 3,00 X 1,5MM	METRO	500	R\$ 19,50	R\$ 9.750,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



395.	MANGUEIRA DUPLA DESIGUAL COM CAPA 1 VIA DE 6,00 X 3,00MM	METRO	500	R\$ 19,50	R\$ 9.750,00
396.	MANGUEIRA DUPLA DO PEDAL COM CAPA 6,0X3,3MM	METRO	500	R\$ 19,50	R\$ 9.750,00
397.	MANGUEIRA ESPAGUETE 3,0 X 1,6 MM CORES VARIADAS	METRO	500	R\$ 12,00	R\$ 6.000,00
398.	MANGUEIRA ODONTOLÓGICA ESPAGUETE PU AZUL 1,6 MM H-11	METRO	500	R\$ 14,00	R\$ 7.000,00
399.	MANGUEIRA PARA BOMBA DE VÁCUO	METRO	50	R\$ 18,00	R\$ 900,00
400.	MANGUEIRA PNEUMÁTICA PU AZUL 4MM X 2,5MM	METRO	500	R\$ 14,00	R\$ 7.000,00
401.	MANGUEIRA PNEUMÁTICA PU AZUL 6MM X 4MM	METRO	500	R\$ 14,00	R\$ 7.000,00
402.	MANGUEIRA PNEUMÁTICA PU AZUL 8MM X 5,5MM	METRO	500	R\$ 14,00	R\$ 7.000,00
403.	MANGUEIRA PU ESPAGUETINHO CRISTAL 2,60MM X 1,20MM	METRO	500	R\$ 14,00	R\$ 7.000,00
404.	MANGUEIRA TRÍPLICE	METRO	500	R\$ 18,00	R\$ 9.000,00
405.	MANGUEIRA TUBO PARA LIGAÇÃO GERAL PU 6,5 X 3,5 MM	METRO	500	R\$ 14,00	R\$ 7.000,00
406.	MANÔMETRO AUTOCLAVE CRISTÓFOLI VT 12/21L	UN	20	R\$ 415,60	R\$ 8.312,00
407.	MÁSCARAS CIRÚRGICAS DESCARTÁVEIS (CX C/ 50)	CX	900	R\$ 13,90	R\$ 12.510,00
408.	MATRIZ DE AÇO INOX 3MM (ROLO)	UN	100	R\$ 6,80	R\$ 680,00
409.	MATRIZ DE AÇO INOX 5MM (ROLO)	UN	100	R\$ 6,80	R\$ 680,00
410.	MATRIZ DE AÇO INOX 6MM (ROLO)	UN	100	R\$ 6,80	R\$ 680,00
411.	MATRIZ DE AÇO INOX 7MM (ROLO)	UN	100	R\$ 6,80	R\$ 680,00
412.	MICRO APLICADOR EXTRAFINO (ESTOJO C/ 100)	EST	100	R\$ 25,50	R\$ 2.550,00
413.	MICRO APLICADOR FINO (ESTOJO C/ 100)	EST	100	R\$ 25,90	R\$ 2.590,00
414.	MICRO APLICADOR LONGO (ESTOJO C/ 100)	EST	100	R\$ 27,00	R\$ 2.700,00
415.	MICRO APLICADOR REGULAR (ESTOJO C/ 100)	EST	100	R\$ 26,50	R\$ 2.650,00
416.	MINI INCUBADORA PARA TESTES BIOLÓGICOS	UN	20	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
417.	MOLDEIRAS DE ALUMÍNIO (KIT C/ 9)	KIT	5	R\$ 145,00	R\$ 725,00
418.	MOTOR BASSI IROOT	UN	3	R\$ 580,00	R\$ 1.740,00
419.	MOTOR BASSI IROOT PRO (C/ LOCALIZADOR)	UN	3	R\$ 690,00	R\$ 2.070,00
420.	MOTOR PARA ENDODONTIA E-CONNECT PRO MK LIFE	UN	3	R\$ 9.990,00	R\$ 29.970,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



421.	NEGATOSCÓPIO	UN	6	R\$ 450,00	R\$ 2.700,00
422.	OBTURADOR PROVISÓRIO COLTOSOL (20G)	PT	200	R\$ 32,00	R\$ 6.400,00
423.	OBTURADOR PROVISÓRIO VILLEVIE (25G)	FR	100	R\$ 21,50	R\$ 2.150,00
424.	ÓCULOS DE PROTEÇÃO (LUZ AZUL)	UN	40	R\$ 150,00	R\$ 6.000,00
425.	ÓCULOS DE PROTEÇÃO ÍCARO (POLICARBONATO)	UN	60	R\$ 140,00	R\$ 8.400,00
426.	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA COMPRESSOR A PISTÃO VISCOSIDADE ISO VG100	LITRO	50	R\$ 95,00	R\$ 4.750,00
427.	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA COMPRESSOR A PISTÃO VISCOSIDADE ISO VG150	LITRO	50	R\$ 95,00	R\$ 4.750,00
428.	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS, ALTA E BAIXA ROTAÇÃO. COM BICOS PARA APLICAÇÃO PRECISA	UN	100	R\$ 89,00	R\$ 8.900,00
429.	ÓLEO MINERAL LUBRIFICANTE SPRAY (200ML)	FR	200	R\$ 58,00	R\$ 11.600,00
430.	ÓXIDO DE ZINCO 50G	PT	100	R\$ 29,40	R\$ 2.940,00
431.	ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL IRM	CX	100	R\$ 48,70	R\$ 4.870,00
432.	PAINEL PORTA ABS AUTOCLAVE CRISTÓFOLI VT 21L	UN	20	R\$ 315,00	R\$ 6.300,00
433.	PANO PERFEX ROLO (28CM X 300M)	PCT	20	R\$ 79,00	R\$ 1.580,00
434.	PAPEL CARBONO DE ARTICULAÇÃO (BLOCO 12 FOLHAS)	BL	150	R\$ 25,50	R\$ 3.825,00
435.	PAPEL CREPADO 30X30CM (500UN)	PCT	50	R\$ 699,00	R\$ 34.950,00
436.	PAPEL CREPADO 40X40CM (500UN)	PCT	50	R\$ 758,00	R\$ 37.900,00
437.	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 10CM X 100M (BOBINA)	BOB	100	R\$ 199,00	R\$ 19.900,00
438.	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 15CM X 100M (BOBINA)	BOB	100	R\$ 215,00	R\$ 21.500,00
439.	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 20CM X 100M (BOBINA)	BOB	100	R\$ 269,00	R\$ 26.900,00
440.	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 25CM X 100M (BOBINA)	BOB	100	R\$ 275,00	R\$ 27.500,00
441.	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 30CM X 100M (BOBINA)	BOB	100	R\$ 280,00	R\$ 28.000,00
442.	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 35CM X 100M (BOBINA)	BOB	100	R\$ 299,00	R\$ 29.900,00
443.	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 90X260MM (AUTO-SELANTE PCT 100)	PCT	100	R\$ 175,00	R\$ 17.500,00
444.	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO (20ML)	FR	15	R\$ 22,00	R\$ 330,00
445.	PASTA DE POLIMENTO DIAMOND EXCEL (2G)	UN	100	R\$ 48,00	R\$ 4.800,00
446.	PASTA PROFILÁTICA COM FLÚOR (90G)	UN	100	R\$ 12,40	R\$ 1.240,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



447.	PASTILHAS EVIDENCIADORAS DE PLACA (FR C/ 60)	FR	500	R\$ 37,00	R\$ 18.500,00
448.	PEDAL COMANDO PROGRESSIVO PARA EQUIPO ODONTOLÓGICO	UN	50	R\$ 299,00	R\$ 14.950,00
449.	PEDAL DE ACIONAMENTO DOS COMANDOS DA CADEIRA GNATUS SYNCRUS G1/G2	UN	50	R\$ 1.150,00	R\$ 57.500,00
450.	PEDRA POMES FINA (1KG)	UN	25	R\$ 10,50	R\$ 262,50
451.	PERFURADOR AINSWORTH	UN	10	R\$ 180,00	R\$ 1.800,00
452.	PINÇA ADSON COM SERRILHA 12CM	UN	12	R\$ 58,50	R\$ 702,00
453.	PINÇA ADSON SEM DENTE 19CM	UN	12	R\$ 42,00	R\$ 504,00
454.	PINÇA ALLIS 19CM	UN	12	R\$ 65,00	R\$ 780,00
455.	PINÇA CLÍNICA 17 (16CM)	UN	100	R\$ 24,90	R\$ 2.490,00
456.	PINÇA DENTE DE RATO 12CM	UN	12	R\$ 25,80	R\$ 309,60
457.	PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY 14CM	UN	20	R\$ 85,00	R\$ 1.700,00
458.	PINÇA LUER GOIVA 16CM (ALVEÓLOTOMO)	UN	50	R\$ 189,90	R\$ 9.495,00
459.	PINÇA PORTA GRAMPO PALMER	UN	12	R\$ 125,50	R\$ 1.506,00
460.	PINCEL PELO MARTA KOLINSKY FINO	UN	40	R\$ 39,90	R\$ 1.596,00
461.	PINO DE FIBRA DE VIDRO (EMB C/ 5)	UN	100	R\$ 155,90	R\$ 15.590,00
462.	PINO DE FIBRA WHITEPOST DC FGM	UN	100	R\$ 144,90	R\$ 14.490,00
463.	PINO SELO SEGURANÇA PLÁSTICO PARA AUTOCLAVE CRISTÓFOLI MODELO VITALE 21L	UN	100	R\$ 32,00	R\$ 3.200,00
464.	PINO SELO SEGURANÇA PLÁSTICO PARA AUTOCLAVE CRISTÓFOLI MODELO VITALE CLASS 21L	UN	100	R\$ 32,00	R\$ 3.200,00
465.	PLACA CIRCUITO ELETRÔNICO AUTOCLAVE CRISTÓFOLI VITALE 12/21L, MOD. CRISTÓFOLI VT/VTP	UN	50	R\$ 1.450,00	R\$ 72.500,00
466.	PLACA DE VIDRO (15X7CM)	UN	20	R\$ 49,50	R\$ 990,00
467.	PLACA ELETRÔNICA ORIGINAL GNATUS CADEIRA ODONTOLÓGICA GNATUS 606000480	UN	20	R\$ 1.680,00	R\$ 33.600,00
468.	PLACA ELETRÔNICA PARA AUTOCLAVE CRISTÓFOLI VITALE 21 LITROS	UN	20	R\$ 1.499,00	R\$ 29.980,00
469.	PONTA DIAMANTADA CHAMA 1111F (FINA ACABAMENTO)	UN	150	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
470.	PONTA PARA ULTRASSOM PARA PERIODONTIA EM AÇO INOXIDÁVEL. PONTA FINA	UN	12	R\$ 190,00	R\$ 2.280,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



471.	PONTAS PARA APARELHO DE ULTRASSOM ODONTOLÓGICO ALTSONIC JET CERAMIC	UN	30	R\$ 195,00	R\$ 5.850,00
472.	PONTAS PARA APARELHO DE ULTRASSOM ODONTOLÓGICO DABI ATLANTE PROFINEO	UN	30	R\$ 188,00	R\$ 5.640,00
473.	PONTAS PARA APARELHO DE ULTRASSOM ODONTOLÓGICO DABI ATLANTE PROFINEO	UN	20	R\$ 210,00	R\$ 4.200,00
474.	PONTAS PARA SUÇÃO ENDODÔNTICA	UN	20	R\$ 88,50	R\$ 1.770,00
475.	PONTEIRA DO SUGADOR GNATUS	UN	60	R\$ 98,00	R\$ 5.880,00
476.	PONTEIRA ULTRASSOM ODONTOLÓGICO, AÇO INOX, PONTA LISA C/ REFRIGERAÇÃO, REMOÇÃO DE TÁRTARO, DENTES ANTERIORES	UN	30	R\$ 210,00	R\$ 6.300,00
477.	PONTEIRA ULTRASSOM ODONTOLÓGICO, AÇO INOX, PONTA LISA C/ REFRIGERAÇÃO, REMOÇÃO DE TÁRTARO, REGIÃO SUPRAGENGIVAL	UN	30	R\$ 210,00	R\$ 6.300,00
478.	PONTEIRAS APLICAÇÃO ALTA FLUIDEZ (C/ 20)	UN	100	R\$ 98,60	R\$ 9.860,00
479.	PONTEIRAS APLICAÇÃO BAIXA FLUIDEZ (C/ 20)	UN	100	R\$ 98,60	R\$ 9.860,00
480.	PORTA AGULHA MATHIEU COM WÍDIA	UN	20	R\$ 125,50	R\$ 2.510,00
481.	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14CM	UN	20	R\$ 110,50	R\$ 2.210,00
482.	PORTA AMÁLGAMA PLÁSTICO	UN	20	R\$ 75,50	R\$ 1.510,00
483.	PORTA MATRIZ INOX Nº 8	UN	30	R\$ 45,90	R\$ 1.377,00
484.	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE ADULTO	UN	30	R\$ 49,90	R\$ 1.497,00
485.	POSICIONADOR RX ADULTO (KIT)	KIT	12	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
486.	POSICIONADOR RX INFANTIL (KIT)	KIT	12	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
487.	POTE DAPPEN PLÁSTICO	UN	20	R\$ 9,90	R\$ 198,00
488.	POTE DAPPEN VIDRO	UN	20	R\$ 12,50	R\$ 250,00
489.	PRENDEDOR DE GUARDANAPO INOX (JACARÉ)	UN	50	R\$ 19,90	R\$ 995,00
490.	PRESSOSTATO 4 VIAS COM MANÔMETRO E VÁLVULA DE SEGURANÇA 100/140PSI	UN	10	R\$ 290,00	R\$ 2.900,00
491.	PRESSOSTATO 4 VIAS COM MANÔMETRO E VÁLVULA DE SEGURANÇA 80/120PSI	UN	10	R\$ 265,00	R\$ 2.650,00
492.	PROPÉS DESCARTÁVEIS (PCT C/ 100)	PCT	100	R\$ 34,50	R\$ 3.450,00
493.	REGISTRO PARA MANGUEIRAS 1,6MM	UN	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
494.	REGISTRO REGULADOR DE FLUXO ULTRASSOM	UN	20	R\$ 48,00	R\$ 960,00
495.	REPARO BOTÃO SERINGA GNATUS (KIT)	KIT	100	R\$ 55,50	R\$ 5.550,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



496.	REPARO SERINGA TRÍPLICE ODONTOLÓGICA GNATUS (ANÉIS ORINGS + MOLAS ACIONAMENTO) KIT REPARO	KIT	100	R\$ 70,00	R\$ 7.000,00
497.	RESERVATÓRIO DE ÁGUA PET (RESISTENTE À PRESSÃO DE 60 LBS) PARA EQUIPO ODONTOLÓGICO	UN	50	R\$ 59,00	R\$ 2.950,00
498.	RESINA BULK FILL FLOW A2 (2G)	UN	100	R\$ 229,00	R\$ 22.900,00
499.	RESINA BULK FILL FLOW A3 (2G)	UN	100	R\$ 229,00	R\$ 22.900,00
500.	RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA (CORES SORTIDAS)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
501.	RESINA FLOW MICROHÍBRIDA A2 (2G)	UN	100	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
502.	RESINA FLOW MICROHÍBRIDA A3 (2G)	UN	100	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
503.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. DENTINA A2 (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
504.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. DENTINA A3 (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
505.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. DENTINA A3.5 (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
506.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. DENTINA B2 (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
507.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. ESMALTE A1 (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
508.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. ESMALTE A2 (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
509.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. ESMALTE A3 (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
510.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. ESMALTE A3.5 (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
511.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. ESMALTE B1 (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
512.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. ESMALTE B2 (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
513.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. ESMALTE B3 (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
514.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. ESMALTE INCISAL (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
515.	RESINA MICROHÍBRIDA NANOPART. UNIVERSAL (4G)	UN	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
516.	RESINA MICROHÍBRIDA Z100 (4G)	UN	100	R\$ 79,80	R\$ 7.980,00
517.	RESINA OPALLIS FLOW (2G)	UN	80	R\$ 229,00	R\$ 18.320,00
518.	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE CRISTÓFOLI VITALE 21	UN	50	R\$ 115,00	R\$ 5.750,00
519.	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE STERMAX 30 LITROS	UN	30	R\$ 778,00	R\$ 23.340,00
520.	RESISTÊNCIA PARA DESTILADORA DE ÁGUA CRISTÓFOLI 127V	UN	30	R\$ 400,00	R\$ 12.000,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



521.	RESPIRADORES N95 (PFF2) (CX C/ 20)	CX	200	R\$ 35,50	R\$ 7.100,00
522.	RESTAURADOR TEMPORÁRIO KIT IRM	KIT	100	R\$ 199,00	R\$ 19.900,00
523.	RESTAURADOR TEMPORÁRIO LÍQUIDO IRM (15ML)	FR	60	R\$ 169,90	R\$ 10.194,00
524.	RESTAURADOR TEMPORÁRIO PÓ IRM (38G)	FR	60	R\$ 182,50	R\$ 10.950,00
525.	REVELADOR RADIOGRÁFICO (475ML)	FR	100	R\$ 38,90	R\$ 3.890,00
526.	ROLAMENTOS PARA CANETA DE ALTA ROTAÇÃO MODELO DABI ATLANTE	UN	100	R\$ 88,00	R\$ 8.800,00
527.	ROLAMENTOS PARA CANETA DE ALTA ROTAÇÃO MODELO GNATUS SL 30	UN	100	R\$ 88,00	R\$ 8.800,00
528.	ROLAMENTOS PARA CANETA DE ALTA ROTAÇÃO MODELO KAVO 505C	UN	100	R\$ 88,00	R\$ 8.800,00
529.	ROLAMENTOS PARA CONTRA-ÂNGULO MODELO DABI ATLANTE REF. C63408	UN	100	R\$ 88,00	R\$ 8.800,00
530.	SACA BROCAS UNIVERSAL	UN	25	R\$ 58,50	R\$ 1.462,50
531.	SACO PARA LIXO INFECTANTE 15L (PCT C/ 100)	PCT	500	R\$ 39,80	R\$ 19.900,00
532.	SACO PARA LIXO INFECTANTE 30L (PCT C/ 100)	PCT	500	R\$ 49,90	R\$ 24.950,00
533.	SELADORA CRISTOFOLI	UN	15	R\$ 1.150,00	R\$ 17.250,00
534.	SELADORA PAPEL GRAU CIRÚRGICO	UN	15	R\$ 990,00	R\$ 14.850,00
535.	SELADORA TIPO STERMAX - RESISTÊNCIA 110V 50W 30CM COD 539	UN	20	R\$ 129,50	R\$ 2.590,00
536.	SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL COM FLÚOR	KIT	50	R\$ 149,90	R\$ 7.495,00
537.	SELO SEGURANÇA SILICONE PARA AUTOCLAVE CRISTOFOLI MODELO VITALE 21L	UN	100	R\$ 33,00	R\$ 3.300,00
538.	SELO SEGURANÇA SILICONE PARA AUTOCLAVE CRISTOFOLI MODELO VITALE CLASS 21L	UN	100	R\$ 33,00	R\$ 3.300,00
539.	SENSOR DE TEMPERATURA AUTOCLAVE CRISTOFOLI VT 12/21 L 110V/220V	UN	50	R\$ 190,00	R\$ 9.500,00
540.	SERINGA CARPULE COM REFLUXO	UN	100	R\$ 95,60	R\$ 9.560,00
541.	SERINGA CENTRIX (APLICADOR + PONTEIRAS)	KIT	20	R\$ 299,00	R\$ 5.980,00
542.	SERINGA HIPODÉRMICA C/ AGULHA 10ML (CX 100)	CX	50	R\$ 125,90	R\$ 6.295,00
543.	SERINGA HIPODÉRMICA C/ AGULHA 20ML (CX 100)	CX	50	R\$ 129,90	R\$ 6.495,00
544.	SERINGA HIPODÉRMICA C/ AGULHA 5ML (CX 100)	CX	50	R\$ 120,90	R\$ 6.045,00
545.	SERINGA HIPODÉRMICA S/ AGULHA 20ML (CX 100)	CX	50	R\$ 69,90	R\$ 3.495,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



546.	SERINGA TRÍPLICE TIPO STANDARD GNATUS	UN	100	R\$ 410,00	R\$ 41.000,00
547.	SILANO (5ML)	FR	100	R\$ 32,50	R\$ 3.250,00
548.	SINDESMÔTOMO Nº 1	UN	40	R\$ 45,20	R\$ 1.808,00
549.	SOLUÇÃO CLORETO DE SÓDIO 0,9% (500ML)	FR	200	R\$ 11,50	R\$ 2.300,00
550.	SOLUÇÃO CLORHEXIDINA 0,12% (1000ML)	FR	50	R\$ 31,50	R\$ 1.575,00
551.	SOLUÇÃO CLORHEXIDINA 0,12% (500ML)	FR	200	R\$ 28,50	R\$ 5.700,00
552.	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA LÍQUIDA (10ML)	FR	100	R\$ 29,99	R\$ 2.999,00
553.	SOLVENTE DE GUTA PERCHA (10ML)	FR	20	R\$ 36,20	R\$ 724,00
554.	SONDA EXPLORADORA Nº 5	UN	150	R\$ 25,30	R\$ 3.795,00
555.	SONDA MILIMETRADA OMS	UN	50	R\$ 65,30	R\$ 3.265,00
556.	SUGADOR CIRÚRGICO PLÁSTICO (CX C/ 20)	CX	400	R\$ 49,90	R\$ 19.960,00
557.	SUGADOR DESCARTÁVEL (PCT C/ 40)	PCT	2000	R\$ 20,00	R\$ 40.000,00
558.	SUGADOR GNATUS/SAEVO BOMBA A VÁCUO SUCTOR 6,5MM (CONJUNTO)	UN	100	R\$ 310,00	R\$ 31.000,00
559.	SUPORTE COLETOR PERFURO CORTANTE 1,5L	UN	15	R\$ 29,90	R\$ 448,50
560.	SUPORTE COLETOR PERFURO CORTANTE 3L	UN	15	R\$ 32,50	R\$ 487,50
561.	SUPORTE COLETOR PERFURO CORTANTE 7L	UN	15	R\$ 39,80	R\$ 597,00
562.	SUPORTE DE PONTAS GNATUS SYNCRUS COMPLETO	UN	100	R\$ 180,00	R\$ 18.000,00
563.	SUPORTE PARA ÁLCOOL EM GEL	UN	15	R\$ 45,00	R\$ 675,00
564.	SUPORTE PARA SUGADOR COM DISPOSITIVO ELÉTRICO	UN	50	R\$ 130,00	R\$ 6.500,00
565.	TAÇAS DE BORRACHA PARA PROFILAXIA	UN	100	R\$ 4,80	R\$ 480,00
566.	TAMBOREL DE ALUMÍNIO AUTOCLAVÁVEL	UN	50	R\$ 39,80	R\$ 1.990,00
567.	TAMPÃO ABAFADOR DA CAIXA DE ESGOTO	UN	20	R\$ 60,00	R\$ 1.200,00
568.	TERMINAL BORDEN SEM SPRAY PARA BAIXA ROTAÇÃO MODELO GNATUS	UN	100	R\$ 138,60	R\$ 13.860,00
569.	TERMINAL SUCTOR GNATUS II COM ALAVANCA E CÂNULA 6,5MM	UN	100	R\$ 200,00	R\$ 20.000,00
570.	TERMINAL TRIPLO BORDEN COM LUVA DE REGULAGEM GNATUS DOIS FUROS	UN	60	R\$ 138,60	R\$ 8.316,00
571.	TESOURA BUCK RETA 13CM	UN	50	R\$ 98,90	R\$ 4.945,00



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



572.	TESOURA CIRÚRGICA RETA 11CM	UN	40	R\$ 185,00	R\$ 7.400,00
573.	TIGELA/CUBA DE BORRACHA	UN	30	R\$ 29,60	R\$ 888,00
574.	TIRA DE AÇO ACABAMENTO AMÁLGAMA (CX 12)	CX	100	R\$ 15,80	R\$ 1.580,00
575.	TIRA DE LIXA PARA RESINA (CX 150)	CX	400	R\$ 19,80	R\$ 7.920,00
576.	TIRA DE POLIÉSTER (ENV 50)	ENV	200	R\$ 18,60	R\$ 3.720,00
577.	TOUCA BALACLAVA TNT (KIT C/ 50)	PCT	750	R\$ 99,00	R\$ 74.250,00
578.	TOUCA BALACLAVA TNT (KIT C/ 50) - COTA DE 25%	PCT	250	R\$ 99,00	R\$ 24.750,00
579.	TRICRESOL FORMALINA (10ML)	FR	50	R\$ 15,50	R\$ 775,00
580.	TUBO PARA LIGAÇÃO GERAL PU 6,5 X 3,5MM	METRO	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
581.	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO	UN	10	R\$ 5.500,00	R\$ 55.000,00
582.	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO (ITEM DUPLICADO COM MESMA ESPECIFICAÇÃO)	UN	10	R\$ 5.500,00	R\$ 55.000,00
583.	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO (SISTEMA PIEZOELÉTRICO, C/ BOMBA PERISTÁLTICA E JATO BICARBONATO)	UN	10	R\$ 5.100,00	R\$ 51.000,00
584.	UNIÃO EMENDA I DE ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA PU 4MM	UN	60	R\$ 40,00	R\$ 2.400,00
585.	UNIÃO EMENDA I DE ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA PU 6MM	UN	60	R\$ 40,00	R\$ 2.400,00
586.	UNIÃO EMENDA I DE ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA PU 8MM	UN	60	R\$ 40,00	R\$ 2.400,00
587.	UNIÃO EMENDA T DE ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA PU 4MM	UN	60	R\$ 40,00	R\$ 2.400,00
588.	UNIÃO EMENDA Y DE ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA PU 4MM	UN	60	R\$ 40,00	R\$ 2.400,00
589.	UNIÃO T DE ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA PU 6MM	UN	60	R\$ 40,00	R\$ 2.400,00
590.	UNIÃO T DE ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA PU 8MM	UN	60	R\$ 40,00	R\$ 2.400,00
591.	VÁLVULA DE PRESSÃO AUTOCLAVE STERMAX	UN	50	R\$ 220,00	R\$ 11.000,00
592.	VÁLVULA INTERRUPTORA EQUIPO SYNCRUS GNATUS	UN	50	R\$ 245,00	R\$ 12.250,00
593.	VÁLVULA PILOTO SUPORTE DE PONTAS MODELO EQUIPO DENTMED	UN	50	R\$ 225,30	R\$ 11.265,00
594.	VÁLVULA PNEUMÁTICA REGULAGEM DE PONTAS UNIVERSAL	UN	100	R\$ 268,90	R\$ 26.890,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



595.	VÁLVULA REGULADORA DE AR SERINGA TRÍPLICE ODONTOLÓGICA 2 SAÍDAS GNATUS	UN	100	R\$ 275,00	R\$ 27.500,00
596.	VÁLVULA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE CRISTÓFOLI DANFOSS MPR.00350 BIVOLT	UN	40	R\$ 290,00	R\$ 11.600,00
597.	VÁLVULA SUCTOR SUGADOR INJETOR SYNCRUS GNATUS	UN	60	R\$ 240,00	R\$ 14.400,00
598.	VÁLVULA SUGADOR/SUCTOR VENTURI GNATUS SYNCRUS	UN	60	R\$ 255,10	R\$ 15.306,00
599.	VÁLVULAS PNEUMÁTICAS COM REGULAGEM PARA PONTAS MODELO KAVO INJETADA	UN	50	R\$ 287,40	R\$ 14.370,00
600.	VASELINA SÓLIDA (500G)	PT	20	R\$ 69,90	R\$ 1.398,00
601.	VERNIZ CAVITÁRIO (200ML)	FR	200	R\$ 18,60	R\$ 3.720,00
602.	VERNIZ DE FLÚOR (10ML + SOLVENTE)	UN	50	R\$ 69,90	R\$ 3.495,00
603.	VIBRADOR DE GESSO	UN	2	R\$ 660,00	R\$ 1.320,00

2.2. As especificações e quantitativos dos referidos materiais foram definidos levando em consideração os Programas vigentes e serviços odontológicos implantados e de acordo com o quantitativo de consultório instalado no Município de Poté, bem como os parâmetros de atendimento estabelecidos na legislação do Sistema Único de Saúde, com o intuito do cumprimento de metas e indicadores, para atender um período de 12 (doze) meses;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O certame deverá assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, o qual tem a solução detalhada no bojo do processo administrativo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os parâmetros de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução

5.1.1. O prazo de entrega será de, no máximo **10 (dez) dias**, contados da expedição da ordem de fornecimento, em remessa única na forma solicitada.

5.1.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Poté, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 306, Centro, Poté - MG.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



5.1.3. As entregas deverão ocorrer no horário de funcionamento do CONTRATANTE, compreendido entre às 08h 00min até as 17h00min, de segunda à sexta-feira.

5.1.4. Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **24h (vinte quatro horas)** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.5. No ato da entrega dos produtos, o prazo de validade não poderá ser inferior a 1/3 (um terço) do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1. O prazo legal de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor.)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), conforme indicado em regulamento.

6.6.1. Fiscalização Técnica

6.6.1.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.6.1.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.6.1.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.6.1.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.6.1.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



6.6.1.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6.2. Fiscalização Administrativa

6.6.2.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.2.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.6.3. Gestor do Contrato

6.6.3.1. O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.6.3.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.6.3.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.6.3.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.6.3.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da sua entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente a ser apresentado no prazo legal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, de forma mensal de acordo com o fornecimento.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

O nome do item;

A marca e o fabricante do produto entregue;

O número do item entregue;

A quantidade correspondente a cada item;

O valor a pagar;

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo os documentos serem solicitados da empresa pelo setor responsável.

7.2.5. A Administração deverá realizar consultar regulares da situação da empresa, especialmente para:

a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação nos termos acima mencionados.

7.3. Prazo e forma de pagamento

7.3.1. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado no 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

7.3.2. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

7.3.3. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos produtos entregues e/ou serviços prestados pela fiscalização do Município de **Poté** e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

7.3.4. Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de **Poté**, informando o **número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra**.

7.3.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de **Poté**.

7.3.6. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.3.7. O Município de **Poté** poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) - A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de **Poté**.

b) - Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.

c) - A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do fornecimento e/ou serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de **Poté**.

d) - Débito da **CONTRATADA** para com o Município de **Poté** quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

e) - Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

7.3.8. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de **Poté**, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



com o índice de variação do IGP-M do mês anterior ao do pagamento “*pro rata tempore*”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

NOTA 1: O encaminhamento da nota fiscal para pagamento poderá ser feito através do envio dos documentos para o e-mail: licitacao@pote.mg.gov.br.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo administrativo de licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termos da legislação, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Nos termos do artigo 23, §1º, inciso IV da Lei nº 14.133/21, justifica-se a obtenção dos orçamentos dos fornecedores descritos por se tratar de empresas atuantes na área e que desempenham atividades compatíveis com as pretensões do Município de Poté. Some-se a isso o fato de que, a obtenção de orçamentos de fornecedores de outra realidade mercadológica, como de grandes centros por exemplo ou contextos distintos, poderia conduzir à falsa noção de valor estimado, vez que, não foi possível encontrar valores de órgãos com complexidade e características semelhantes ao pretendido.

8.2. Forma de fornecimento

8.2.1. A entrega dos objetos licitados deverá ser TOTAL, conforme “Ordem de Fornecimento” e deverá vir acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Termo de Referência.

8.2.2. A contratada deverá entregar o objeto licitado no prazo de, no **máximo 10 (dez) dias**, a contar do recebimento da “Ordem de Fornecimento”.

8.2.3. Os produtos deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Poté, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 306, Centro, Poté - MG.

8.2.4. No ato da entrega, dos produtos, o prazo de validade não poderá ser inferior a 1/3 (um terço) do prazo total recomendado pelo fabricante

8.3 Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, o **licitante vencedor** deverá comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1. Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução **Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020**.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, **caso se trate de pessoa física**, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.3.4. Qualificação Técnica

a) Alvará Sanitário expedido pelo Órgão da Vigilância Sanitária competente da Secretaria de Saúde do Estado ou do Município de origem da empresa, quando houver delegação de competência para emissão do alvará pelo município.

b) AFE (Autorização de Funcionamento de Empresa) emitido pela ANVISA.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação foi obtido através de pesquisas de preços realizadas, nos termos da legislação.



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Nas licitações com sistema de registro de preços não é necessário a indicação de recursos orçamentários, nos termos do artigo 17, do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no artigo 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo esta exigida somente para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO II PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



MUNICÍPIO DE POTÉ
Av. Getúlio Vargas, 306 – Centro,
CEP – 39.827-000 – Estado de Minas Gerais
e-mail: pot@potemg.gov.br (33) 3525-1237

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS
PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ-MG**

Poté, 08 de dezembro de 2025



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE POTÉ
Av. Getúlio Vargas, 306 – Centro,
CEP – 39.827-000 – Estado de Minas Gerais
e-mail: prefeito@poté.mg.gov.br (33) 3525-1237

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA AQUISIÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1- O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP), enquanto elemento essencial ao planejamento do suprimento governamental, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, auxilia na elaboração do competente Termo de Referência (TR) e dos demais documentos integrantes do processo de aquisição.

1.2- Vê-se, assim, que as finalidades do ETP estão dirigidas, dentre outras, a analisar a viabilidade técnica da almejada aquisição, bem assim avaliar todos os aspectos necessários e suficientes à aquisição.¹

1.3- O papel do ETP (não obstante previsão legal) tem respaldo na doutrina administrativista brasileira, conforme diz a Professora Tatiana Camarão²:

Entende-se que um dos principais documentos da etapa de planejamento é o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual se destina a identificar e analisar a necessidade pungente projetada pela unidade administrativa ao realizar o seu planejamento estratégico e o plano anual de aquisição, buscando evidenciar o problema a ser resolvido, assim como as soluções possíveis, com fins de avaliar as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição. Nota-se, portanto, que o ETP assume função estratégica na engrenagem das contratações públicas, pois pavimenta o caminho para o atendimento da demanda ao avaliar os cenários possíveis e demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções disponíveis. Em decorrência disto, esse documento vem sendo exigido em vários normativos e trouxe à tona dúvidas em relação à sua produção, conteúdo, momento adequado para sua elaboração e aplicabilidade nas contratações públicas.

1.4- O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da

1 - TCU, Acórdão 1273/2007-Plenário, Relatório de Levantamento, Relator Min. Ubiratan Aguiar, Sessão de julgamento em 27.06.2007. Enunciado: "Os estudos técnicos preliminares devem demonstrar a viabilidade técnica a partir de todos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar a obra, com indicações dos estudos técnicos e ambientais, avaliação do seu custo, definição dos



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE POTÉ
Av. Getúlio Vargas, 306 – Centro,
CEP – 39.827-000 – Estado de Minas Gerais
e-mail: prefeitura@poté.mg.gov.br (33) 3525-1237

métodos e do prazo de execução.”

2. ^o CAMARÃO: Tabela: Estudo Técnico Preliminar: arquitetura, conteúdo e obrigatoriedade. Disponível em: <http://www.transparencia.mg.gov.br/2020/11/13/estudo-tecnico-preliminar-arquitetura-conteudo-obrigatoriedade-e-a-previsao-no-pf1292-95/>

A demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição.

1.5- Não por outro motivo, aliás, disciplina o § 1º do artigo 18 da Lei n. 1.4133/2021 quanto à própria função do ETP (atenção especial para os destaques que não constam do original).

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na aquisição, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da aquisição fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

[...]

§ 1º. O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da aquisição, e conterá os seguintes elementos:

I - A descrição da necessidade da aquisição, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - A demonstração da previsão da aquisição no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - Os requisitos da aquisição;

IV - As estimativas das quantidades para a aquisição, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - O levantamento do mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - A estimativa do valor da aquisição, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE POTÉ

Av. Getúlio Vargas, 306 – Centro,
CEP – 39.827-000 – Estado de Minas Gerais
e-mail: gestaofin@potemg.gov.br (33) 3525-1237

VII - A descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - As justificativas para o parcelamento ou não da aquisição;

IX - O demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE POTÉ
Av. Getúlio Vargas, 306 – Centro,
CEP – 39.827-000 – Estado de Minas Gerais
e-mail: pot@poté.mg.gov.br (33) 3525-1237

2- DEFINIÇÃO DAS NECESSIDADES E DIAGNÓSTICOS.

2.1.- Trata-se da necessidade da **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ONDOTOLÓGICOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POTÉ-MG PARA ATENDER DEMANDAS DOS USUÁRIOS DA SAÚDE.**

2.2.- Com o provimento da solução, as áreas requisitantes da solução visa a atender as necessidades e garantir a prestação do atendimento das demandas.

2.3.- A descrição da necessidade da aquisição visa a solução mais adequada do problema sob a perspectiva do interesse público.

2.4.- Atualmente, para toda compra pública é realizada uma descrição detalhada e estimativa do quantitativo conforme a realidade que se apresenta, com intuito de alcançar a eficiência e vantajosidade das contratações públicas.

2.5.- Trata-se de uma aquisição parcelada.

3- DA AQUISIÇÃO E JUSTIFICATIVA DAS SOLUÇÕES A CONTRATAR

3.1.- A Secretaria Municipal de Saúde possui 06 (seis) Unidades Básica de Saúde - UBSs que demandam equipamentos novos para substituição de equipamentos velhos e para ampliação de serviços e materiais para as atividades dos consultórios odontológicos. E nessa linha de ideias, procedeu-se o levantamento das demandas da secretaria para elaborar a presente documentação, encontrando-se no procedimento os elementos que dizem respeito ao objeto licitado.

3.2.- A estimativa da demanda é baseada na elaboração da necessidade, do referido objeto com a disponibilidade de recursos.

3.3.- A aquisição é para execução das atividades odontológicas dos consultórios odontológicos das 06 (seis) UBS da secretaria.

3.4.- A definição do objeto aqui citado se dará, detalhadamente, no competente Termo de Referência que será elaborado oportunamente. Aqui, neste ETP, tão somente serão destacados os elementos principais relacionados à aquisição até mesmo porque o presente documento não se confunde com aquele, o Termo de Referência.

3.5.- A contratação deverá ocorrer por meio de procedimento administrativo com ampla divulgação, em



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE POT 

Av. Getúlio Vargas, 306 – Centro,
CEP – 38.827-000 – Estado de Minas Gerais
e-mail: (33)3625-1237

obediência a lei de licita es 14.133/21.

3.6- Sendo assim, essa aquisi o   de suma importância, visto que as necessidades acima esplanadas:

4. DA IDENTIFICA O E ANÁLISE DAS SOLUÇOES

4.1- Este Estudo Técnico Preliminar visa, sobremaneira, analisar e escolher qual a soluço que melhor responde às necessidades deste Município, sob os aspectos legais, técnicos, econ micos e ambientais em rela o aos produtos a serem adquiridos.

4.2- As formas como se   realizada atualmente:

SOLU�O	DESCRI�O
Aquisi�o	Contrata�o de pessoa jur�dica.

4.3- Pretende-se manter a mesma forma de contrata o.

4.4- JUSTIFICATIVAS DA ESCOLHA DA SOLUÇO

4.4.1- Ao analisar a soluço vemos que:

4.4.1-1. A soluço de aquisi o intenta a alternativa viável para aquisi o de equipamentos e materiais odontológicos, usados nas atividades da Secretaria Municipal de Saúde;

4.4.2- A aquisi o em questão amplamente transparente, sendo que todas as empresas do ramo tenham capacidade técnica e operacional necessária para executar o contrato favorecendo a competitividade do certame. 4.4.3- Como benefícios resultantes desta aquisi o espera-se melhor atender a demandas dos municípios, no atendimento do serviço publico;

4.4.3-1. O planejamento para esta aquisi o ora pretendida foi realizado buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na aquisi o dos equipamentos e materiais odontológicos, contemplando assim, a demanda das atividades essenciais e auxiliares às Unidades Básicas de Saúde;

4.4.3-2. Os padrões aqui definidos, que contam com especifica es usuais no mercado, permitirão a permanente mensura o qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos equipamentos adquiridos;

4.4.3-3. Os parâmetros definidos para o objeto da aquisi o e para execu o contratual

Opert



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE POT 
Av. Getúlio Vargas, 306 – Centro,
CEP – 39.827-000 – Estado de Minas Gerais
e-mail: pot @pot .mg.gov.br (31) 3525-1237

possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;

4.4.5- No que tange aos impactos ambientais da aquisi o, a contratada deve atender aos critérios de sustentabilidade, que vão desde rotinas até critérios que deverão ser respeitados quando da aquisi o/execu o.

5 - RELA O ENTRE DEMANDA ESTIMADA E QUANTIDADES PREVISTA

5.1- Para a estimativa das quantidades, considerou-se as necessidades frente a disponibilidade de recursos.

5.2- Conforme estudos preliminares, a análise do objeto pretendido com a aquisi o revela a sua natureza "bens comuns", até por conta da averigua o de padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, principalmente perante o parcelamento e as especificidades escolhidas para garantir a utilidade do produto pretendido na compra, reforçando o enquadramento f tico a hipótese de aquisi o na modalidade licit ria "pregão" (art. 29, Lei n  14.133/2021), formato de Registro de Preços.

5.3- Conforme planejamento, as especifica es e quantidades em rela o às suas adequabilidades frente às necessidades.

5.4- Itens e valores máximos de acordo com cota es de mercado feita com três possíveis fornecedores estão descritas nos orçamentos anexos a este ETP.

6 - DESCRI O DOS REQUISITOS DA POTENCIAL AQUISI O CARACTERÍSTICAS GERAIS:

a) A contrata o deve ser feita de forma menor preço por item, qual aumentara a gama de fornecedores;

7 - DA EXECU O POR CONTA DA CONTRATADA:

a) Contratado:

- Assumir todos os custos de preparar os produtos/serviços de acordo com solicitado e especificado no objeto, bem como custos de entrega de acordo com as normas estipuladas no certame licit rio.



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE POT 

Av. Getúlio Vargas, 306 – Centro,
CEP – 39.827-000 – Estado de Minas Gerais
e-mail: pot@pot .43.br | www.pote.mg.gov.br – (33) 3525-1237

8 - DO VALOR DE MERCADO DO PRODUTOS/SERVIÇOS

- * Tendo buscado no mercado valor os produtos/serviços, realizando orçamentos/cotações, usando mínimo de 3 (três) cotações.

9 - A QUALIDADE DOS PRODUTOS E DOS SERVIÇOS QUE INTEGRAM A SOLUÇÃO

9.1- O padrão de qualidade do objeto pretendido pelo Poder Público perfaz elemento essencial nas contratações, o que implica numa análise ampliada sobre a eficiência do negócio e o alcance da finalidade almejada, mormente perante a avaliação da viabilidade do parcelamento (ou não), ante a perda de economia da escala (art. 40, § 3º, I e II, Lei nº 14.133/2021).

9.2- Diante da necessidade de aquisição do objeto deste termo, buscou-se utilizar a centralização de aquisição de mesma natureza, com especificações e características já experimentadas e aprovadas para demandas do setor, inclusive com intuito de afastar os materiais de qualidade inferior. Tal procedimento revela-se vantajoso e eficiente, gerando economicidade, redução da inatividade e agilidade na execução do serviço público. As ordens de fornecimentos periódicas contribuem para ganho de escala, tornando assim a aquisição mais atrativa para o mercado, despertando maior interesse dos fornecedores. O material a ser adquirido enquadra-se como bem comum por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade **Pregão Eletrônico, no formato de Registro de Preços**.

9.3- A essencialidade da aquisição/contratação fundamenta-se nos danos e prejuízos que podem ser causados aos usuários da saúde pública do município no caso de eventual paralisação ou interrupção fornecimento dos serviços prestados, e, nesse sentido, a presente aquisição visa assegurar e manter o funcionamento de atividades finalísticas da Secretaria Municipal de Saúde.

9.4- A compreensão sobre a previsão de condições para assegurar o padrão da qualidade do objeto alcançará não só a escolha da modalidade de contrato, mas as especificações de cada item, prazo de fornecimento e obrigações.

10- RESULTADOS PRETENDIDOS



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE POTÉ
Av. Getúlio Vargas, 306 – Centro.
CEP – 39.827-000 – Estado de Minas Gerais
e-mail: comlicit@poté.mg.gov.br (33) 3525-1237

10.1- Pretende-se, com a contratação:

- a) Manter o atendimento odontológico nas 06 (seis) UBS da Secretaria Municipal de Saúde.

11- ANÁLISE DE RISCO

11.1- Os itens licitados foram devidamente especificados e quantificados, diminuindo assim os riscos de uma aquisição indesejada ou ineficiente.

11.2- Diante o planejamento desenvolvido e apresentado neste ETP, a Administração Municipal tem como propósito uma aquisição eficiente e vantajosa.

11.3- Caberá ao Gestor do Contrato identificar os eventos de risco e geri-los em ordem crítica de maior impacto junto aos objetivos a serem alcançados.

11.4- Para demonstração seguem os mapas de risco:

MAPA DE RISCO I

(Planejamento da Aquisição)
RISCO 01

Licitação Deserta

Probabilidade:	X	Baixa	Média	Alta
Impacto:		Baixo	X Médio	Alto
Id.	Ação Preventiva			Responsável
1.	<i>Planejamento considerando a contratações anteriores e as atuais necessidades para estabelecer orçamento Atrativo</i>			AGENTE DE CONTRATAÇÕES
Id.	Ação de Contingência			Responsável
1.	<i>Novo planejamento para posterior licitação</i>			AGENTE DE CONTRATAÇÕES

RISCO 02

Contratada Com Profissionais Desqualificados

Probabilidade:	X	Baixa	Média	Alta
Impacto:		Baixo	X Médio	Alto
Id.	Ação Preventiva			Responsável
1.	<i>Constar no planejamento a análise dos requisitos</i>			SETOR DE LICITAÇÕES

Opjet



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE POTÉ
Av. Golbão Vargas, 306 - Centro,
CEP - 39.827-000 - Estado de Minas Gerais
Fone: (33) 3525-1237

Id.	Imprescindíveis à aquisição Ação de Contingência	Responsável
1.	Exigir comprovações e solicitar que a contratada tome as providências cabíveis caso seja necessário	SETOR DE LICITAÇÕES

RISCO 03					
Aquisição de empresa sem aporte financeiro suficiente para prestação dos serviços					
Probabilidade:	X	Baixa	Média	Alta	
Impacto:		Baixo	Médio	X	Alto
Id.	Ação Preventiva	Responsável			
1.	Critérios de qualificação econômica.	SETOR DE LICITAÇÕES			
Id.	Ação de Contingência	Responsável			
1.	Cobrar no momento da licitação os documentos referentes à qualificação econômica e, após assinatura do contrato.	SETOR DE LICITAÇÕES			

MAPA DE RISCO II (Execução do Contrato)

RISCO 01					
Não conformidade da execução com as normas vigentes.					
Probabilidade:	X	Baixa	Média	Alta	
Impacto:		Baixo	X	Médio	Alto
Id.	Ação Preventiva	Responsável			
1.	Gestão e Fiscalização.	AGENTE DE CONTRATAÇÕES			
Id.	Ação de Contingência	Responsável			
1.	Notificações Extrajudiciais.	AGENTE DE CONTRATAÇÕES			

RISCO 02					
Atrasos na entrega e correções dos produtos					
Probabilidade:	X	Baixa	Média	Alta	
Impacto:		Baixo	Médio	X	Alto
Id.	Ação Preventiva	Responsável			

Oficial



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE POTÉ Av. Getúlio Vargas, 306 – Centro, CEP – 39.827-000 – Estado de Minas Gerais v-mail: licitacao@poté.mg.gov.br (33) 3525-1237		
1.	Alejar a empresa a respeitar as	AGENTE DE CONTRATAÇÕES
id.	cláusulas contratuais	Responsável
1.	Ação de Contingência	AGENTE DE CONTRATAÇÕES
	Aplicar sanção	

12- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO

12.1- Considerando que a Administração Pública deverá definir o objeto no Termo de Referência com todos os seus elementos essenciais e acidentais, conforme a qualidade, o benefício, a superioridade e, enfim, a vantagem que não é – em absoluto – sinônimo de menor valor, o edital deve prever mecanismo de obtenção de qualidade e estabelecer as exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que sejam pertinentes e correlatas ao cumprimento das obrigações assumidas, acompanhando o mandamento constitucional estampado no inciso XXI do artigo 37 da Carta Maior.

12.2- Serão estabelecidas premissas para a execução contratual, valorizando-se a qualidade e os demais objetivos que informam o processo de aquisição e demais informações como encargos, dotações orçamentárias e recursos, obrigações das partes, rescisão do contrato, penalidades, pagamentos e demais disposições gerais.

12.3- Os instrumentos que integrarão o procedimento deverão cuidar de temas indispensáveis a constar:

- publicidade dos atos processuais: Os atos serão publicados nos termos da Lei 14.133/21.
- fornecimento, recebimento e aceite do objeto: De acordo com a demanda, conforme apresentação da ordem de fornecimento.
- forma de pagamento: no prazo de 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal e entrega do bem ou serviços;
- alterações de preços:

I. As solicitações de reequilíbrio econômico financeiro deverão ser protocoladas na sede da Prefeitura Municipal de Poté-MG ou encaminhadas via correio com Aviso de Recebimento, não sendo admitida nenhuma outra forma de apresentação.

II. A Administração Municipal terá o prazo de 10 (dez) dias para analisar e decidir sobre as solicitações de reequilíbrio econômico financeiro.



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



MUNICÍPIO DE POTÉ
Av. Getúlio Vargas, 306 – Centro,
CEP – 35.827-000 – Estado de Minas Gerais
e-mail: pot@potemg.gov.br (33) 3525-1237

13-DECLARAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE DA AQUISIÇÃO

13.1- Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a aquisição mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente aquisição. Diante o exposto esta contratação/aquisição é viável e razoável à administração pública.

Poté-MG, 08 de dezembro de 2025.

Secretaria Municipal de Saúde



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº -----/2026

PARTES:

ÓRGÃO GERENCIADOR:

O MUNICÍPIO DE POTÉ, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situado na Avenida Getúlio Vargas, nº 306, Centro, inscrito no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 18.404.970/0001-18, representado neste ato pelo Sr. MÁRIO SÉRGIO SANTOS, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR.

FORNECEDOR:

< inserir o nome do Fornecedor >, estabelecida à < inserir o endereço completo do Fornecedor >, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº < inserir o CNPJ do Fornecedor >, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) < inserir o nome completo >, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº < inserir o CPF >, residente e domiciliado em < inserir o Município e a UF >.

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a contratação dos bens e/ou serviços enunciados no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2026**, modo de disputa: **ABERTO**, participação: **TODAS AS EMPRESAS**, Critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**, com autorização constante do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 004/2026**, homologado em _____ de _____ de 2026, mediante o disposto na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para a eventual aquisição de material odontológico**, especificado(s) no Termo de Referência, anexo I do **Pregão Eletrônico nº 002/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIPTIVO	UNID	QTDE	MARCA	VR UNITÁRIO	VR TOTAL

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Poté

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de RP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões:

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos:

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO

5.1. Em conformidade com o artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, admitindo-se a sua prorrogação por igual período, desde que reste demonstrada, de forma objetiva, a manutenção da vantajosidade econômica do ajuste.

5.2. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços autoriza, igualmente, a renovação do quantitativo originalmente registrado, desde que atendidos os requisitos fixados pelo ordenamento jurídico e pela jurisprudência administrativa consolidada. Nesse sentido, conforme o Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, bem como manifestações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria-Geral Federal, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da Câmara Nacional de Licitações e Contratos Administrativos, a renovação do quantitativo é juridicamente admissível, desde que observadas as seguintes condições:

- a. Comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, em respeito aos princípios da economicidade e da eficiência
- b. Previsão expressa da possibilidade de renovação tanto no instrumento convocatório quanto na própria Ata de Registro de Preços, garantindo transparência e previsibilidade aos licitantes;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



- c. Tratamento prévio do tema na fase de planejamento da contratação, em consonância com os princípios do planejamento e da anualidade orçamentária (arts. 5º e 40 da Lei nº 14.133/2021), de modo a assegurar a adequada estimativa da demanda e a evitar quantificações artificiais;
 - d. Formalização da prorrogação e da correspondente renovação do quantitativo por meio de termo aditivo celebrado dentro do prazo de vigência da Ata, vedada qualquer alteração extemporânea.
- 5.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.3.1. Na formalização do contrato deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.3. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.6.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
 - 5.6.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - 5.6.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 5.6.2.2. Mantiverem sua proposta original.
 - 5.6.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.7. O registro a que se refere o item 5.6.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.8. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.9. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.6.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.9.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
 - 5.9.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



5.10. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.11. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.11.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção. 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante,



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Fica eleito o foro da cidade de Poté para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Local e Data.

**MUNICÍPIO DE POTÉ
MÁRIO SÉRGIO SANTOS
ÓRGÃO GERENCIADOR**

**RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR
REPRESENTANTE LEGAL
FORNECEDOR**

TESTEMUNHAS:

1ª

CPF:

2ª

CPF:



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO IV PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO Nº ----/2026

PARTES:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POTÉ, situado na Avenida Getúlio Vargas, nº 306, Centro, inscrito no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 18.404.970/0001-18, representado neste ato pelo Sr. MÁRIO SÉRGIO SANTOS, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: < inserir o nome da Contratada >, estabelecida à < inserir o endereço completo da Contratada >, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº < inserir o CNPJ da Contratada >, neste ato representada pelo seu < inserir o cargo ou função >, Sr.(a) < inserir o nome completo >, < inserir a nacionalidade >, < inserir o estado civil >, < inserir a profissão >, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº < inserir o CPF >, portador(a) do RG nº < inserir o Documento de Identificação >, residente e domiciliado em < inserir o Município e a UF >, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do **Processo Licitatório nº 004/2026**, modalidade **Pregão Eletrônico nº 002/2026** e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

"OBJETO A SER CONTRATADO"

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do **Processo Licitatório nº 004/2026, Pregão Eletrônico nº 002/2026** bem como a proposta da **CONTRATADA**, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1 - O valor estimado deste contrato é de **R\$** _____, sendo de **R\$** _____, correspondente à proposta ofertada pela **CONTRATADA**.

2.2 - O **CONTRATANTE** poderá acrescer ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

2.3 - Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente instrumento terá vigência até _____, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado no 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

4.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



4.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de Poté e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

4.1.3 - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Poté, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

4.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Poté.

4.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

4.3 - O Município de Poté poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Poté.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Poté.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Poté quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

4.4 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Poté, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do IGP-M do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 - Os preços serão fixos e irajustáveis.

5.1.1 - Após os primeiros 12 (doze) meses contados da orçamentação, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice IGP-M.

5.2 - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, "d", da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Poté, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.2. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município de Poté.

7.3.1. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

§ 1º - O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

§ 2º - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Poté, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município Poté, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

7.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

7.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município Poté, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.6. Substituir, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.

7.7. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

7.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

7.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de **10 (dez) dias consecutivos**, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Poté ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



7.14. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

8.2. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Edital.

8.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato.

8.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

8.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;

8.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

9.2 - Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo **CONTRATANTE**, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Poté, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestação o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestação o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

10.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.



MUNICÍPIO DE POTÉ ESTADO DE MINAS GERAIS



10.3 - As san es aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem preju o de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1 - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autoriza o expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTA O LEGAL

12.1 - O presente contrato   regido pela Lei n  14.133/21, bem como pelas cláusulas e condi es constantes do Edital do **Pregão Eletrônico n  002/2026, Processo Licitatório n  004/2026.**

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos   luz da Lei Federal n . 14.133/21, recorrendo-se   analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - As questões decorrentes da execu o deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Pot /MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um são efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Local e Data.

MUNICÍPIO DE POT 
MÁRIO SÉRGIO SANTOS
CONTRTANTE

RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 

CPF:

2 

CPF:
